



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 5<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 115<sup>a</sup>  
(CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 18, de 29/01/2010, juntamente com a ata sucinta da 115<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	2



*VERIFICAÇÃO DE QUORUM*

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA – 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
ALÍRIO NETO - PPS	X		
AYLTON GOMES - PR	X		
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS – PP		X	
BENÍCIO TAVARES – PMDB	X		
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – PSC		X	
CABO PATRÍCIO – PT	X		
CHICO LEITE – PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X	
DOUTOR CHARLES – PTB	X		
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
JAQUELINE RORIZ – PMN	X		
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM	X		
PAULO TADEU – PT	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X		
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM		X	
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>11</b>	

*SECRETÁRIO DEPUTADO (A)*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	3

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) –Estão presentes 20 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Pergunto aos Líderes se vamos dar início aos Comunicados de Líderes. Algum Líder faz questão de usar a palavra? (Pausa.)

Então, estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Algum Parlamentar quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares?

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, eu queria informar a todas e a todos que, na rampa desta Casa, está um grupo de mulheres que fazem parte do Movimento de Mulheres contra a Corrupção. São mulheres que se sentem penalizadas, revitimadas (*sic*), em função da corrupção ou do suposto esquema de corrupção que tem entrado de forma violenta em nossas casas. É violenta a corrupção, não a divulgação dela.

Digo, Sr. Presidente, que não dá para se ter a impressão de que nós estamos na mais profunda normalidade, porque não estamos. Não estamos! Não dá para se ter a impressão de que esta Casa está blindada e de que não nos envolvem todos os escândalos que têm adentrado a casa dos brasileiros e das brasileiras há quinze dias. Nós estamos diante de, talvez, um dos mais profundos esquemas de corrupção que já abalou a estrutura desta cidade. Não dá para acreditar naquilo em que acredita, talvez, o Governador do Distrito Federal. Provoca-me uma profunda indignação ler em um jornal semanal que o Governador diz que quer ficar e terminar o seu mandato para limpar o Distrito Federal da corrupção herdada de governos anteriores. Já não há República nesta cidade. Não quero crer que esteja se instaurando a República do cinismo, porque existe uma série de denúncias de uma gravidade imensa que faz desta cidade uma cidade traída e que faz desta Brasília, que Lúcio Costa disse que seria uma borboleta, uma borboleta ferida, envergonhada.

Esta Casa Legislativa, o Parlamento, tem o dever e o poder de proceder às investigações. Só os temos nós. Só temos nós a capacidade de fazer uma CPI, que já foi aprovada, de estabelecer uma investigação acerca da quebra de decoro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	4

parlamentar e também de instaurar aqui uma ação de crime de responsabilidade. Obviamente nenhum desses processos tem qualquer tipo de caráter sumário. Todos estão respaldados pelos princípios constitucionais da mais ampla defesa e da mais profunda discussão.

Digo isso, Sr. Presidente, porque não dá para termos a impressão de que estamos mergulhados na normalidade, porque hoje é o último dia, o último dia do ano legislativo. Mas nós não podemos entrar em recesso se não votarmos a Lei Orçamentária. Nós já dissemos várias vezes que estávamos revendo a Lei Orçamentária; revendo-a porque há que se revê-la em função das denúncias que foram apresentadas ao conjunto da sociedade. Então, Sr. Presidente, digo eu que esta Casa tem a função de investigar, tem a função de dar respostas, tem a função de olhar no olho do povo do Distrito Federal e dizer que estamos cumprindo o nosso ideal, porque nós fomos às ruas na década de 80 para que tivéssemos autonomia política.

Por isso digo que hoje nós vamos votar, sim, a pauta, até porque nós temos votado nesta semana matérias de relevante interesse da sociedade. Nós votamos, nesse período, os conselhos tutelares, demanda rouca das nossas crianças e dos nossos adolescentes; votamos o projeto da Saúde; votamos o congelamento do IPTU; votamos ontem o congelamento da TLP, que são matérias de relevante interesse da sociedade.

Mas nós temos também que decidir hoje se vamos continuar trabalhando, atendendo a uma demanda da própria sociedade e levar adiante os processos de investigação ou se entraremos em recesso amanhã e retornaremos ao trabalho apenas em fevereiro, deixando a sociedade sem as respostas que esperam de cada uma e de cada um de nós.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que, neste momento, protocolo e peço para ser lido o requerimento de convocação extraordinária assinado por oito Parlamentares, como prevê o Regimento Interno: assinado pelo Deputado Paulo Tadeu, pelo Deputado Chico Leite, pelo Deputado Cabo Patrício, pelo Deputado Reguffe, pela Deputada Jaqueline Roriz, pelo Deputado Rogério Ulysses, do PSB, pelo Deputado Milton Barbosa e por esta Deputada que vos fala, Deputada Erika Kokay. Estamos dando entrada a um requerimento de convocação extraordinária feito por Deputados e Deputadas e solicitamos a sua leitura. Portanto, estamos requerendo a autoconvocação, sem nenhum custo para o erário.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Quero comunicar que a Deputada Jaqueline Roriz não compareceu a esta sessão, pois o seu filho está fazendo uma cirurgia de apêndice e S.Exa. o está acompanhando nesse procedimento cirúrgico. Em função disso, a Deputada Jaqueline Roriz não está presente a esta sessão. Quero apenas justificar a sua ausência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	5

Solicito à Segurança desta Casa que libere o *hall* entre o plenário e a galeria para que as pessoas que se encontram no interior desta Casa possam ficar naquele lugar, haja vista que o plenário e a galeria estão interditados. Então, para evitar qualquer tumulto que já se inicia nos corredores próximos aos gabinetes, solicito que o *hall* de entrada seja liberado e que a Segurança se posicione próximo à porta do plenário e da sala do café, para garantir a segurança dos Parlamentares, dos técnicos e de todas as pessoas que estão no interior da Câmara Legislativa.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sociedade de Brasília que nos assiste, com certeza, pelas televisões de suas casas, recebi em meu gabinete, há pouco, um fórum de representantes do setor produtivo desta cidade, alguns representantes de sindicatos de trabalhadores que me entregaram um comunicado: posicionamento do setor produtivo do Distrito Federal em defesa da cidade, da economia e do emprego “Brasília não pode parar”.

Na verdade, fiz questão de vir a esta tribuna para falar sobre esse manifesto assinado por eles, porque nós temos várias entidades assinando e eles falam exatamente da questão de que Brasília é maior do que essa crise.

A responsabilidade de conduzir com raciocínio e tranquilidade todo esse processo dessa crise é, neste momento, da Câmara Legislativa. E não cabe a nós deixarmos a in tranquilidade sobressaltar nossa cidade. Temos de dar a garantia aos nossos cidadãos de que todo o compromisso do Governo iniciado, que é do Estado e não de um governo, tenha prosseguimento.

A geração de milhares de empregos por meios das obras que são executadas neste momento no Distrito Federal; a expectativa das pessoas que foram aprovadas em concurso público de serem chamadas para tomar posse; a expectativa daqueles que saem todos os dias de casa na esperança de terem uma Brasília melhor; a expectativa de projetos futuros que esta cidade e o País têm; a Copa das Confederações – volto a dizer – será daqui a três anos, daqui a quatro anos teremos a Copa do Mundo e daqui a seis anos teremos as Olimpíadas: a cidade tem que estar preparada para tudo isso.

Portanto, é preciso que tenhamos a tranquilidade de garantir não somente o emprego dessas pessoas, mas também os prosseguimentos de apuração nesta Casa de forma séria, racional, e, principalmente, respeitando o Estado de Direito.

Nessa discussão, eu quero deixar bem claro, sinto-me tranquilo. Fiquei quatro anos sem mandato e, nesse período, passei a dar aulas sobre o Regimento Interno desta Casa e me especializei em Processo Legislativo. Tenho obras, pelo menos uma delas publicada, sobre o assunto: o Regimento Interno desta Casa. Dei aulas em cursinhos e em várias instituições sobre Processo Legislativo e me sinto à vontade para falar sobre as minhas dúvidas. E as dúvidas se somam exatamente ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	6

procedimento, principalmente no que se refere à legalidade desse procedimento que a Casa adota. Não quero aqui desmerecer o brilhante trabalho que esta Presidência tem feito com tranquilidade. Não quero desmerecer. Mas acho – quero deixar isto bem claro – que meu posicionamento é baseado em leis aprovadas por esta Casa – Regimento Interno, Lei Orgânica, ambos aprovados por esta Casa. Nós temos que dar garantia às pessoas de um procedimento correto, baseado em legislação, baseado no que está especificamente escrito nas leis. É óbvio que a apuração tem que ocorrer. Inclusive, já temos aqui o pedido de CPI com mais de oito assinaturas que garante a abertura dos trabalhos de apuração das denúncias iniciais. Já temos aqui o Corregedor notificando os Parlamentares mencionados nesses procedimentos. Os trabalhos estão avançando. Cabe agora dar prosseguimento aos requerimentos que foram apresentados nesta Casa. Quero novamente dizer que não estou aqui para desmerecer o trabalho da Presidência, mas quero dizer que tenho dúvidas concretas sobre a legalidade da Comissão Especial. Tenho dúvidas concretas sobre a instalação desta Comissão. Tenho dúvidas concretas sobre o parecer que foi apresentado pela Procuradoria. Estou falando aqui agora como uma pessoa que estuda o Regimento Interno desta Casa. Quero deixar bem claro que, na Lei Orgânica do Distrito Federal, está em vigor o artigo que trata do crime de responsabilidade do Governador e não há sobre ele nenhuma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Portanto, está em vigor, foi aprovado por este Plenário e todos os Parlamentares aqui juraram respeitá-lo. Assim sendo, está em vigor e deve ser cumprido. Estou falando também sobre o art. 235 do Regimento Interno desta Casa, que fala sobre o procedimento de abertura de processo de apuração de crime de responsabilidade do Governador e que submete todos os requerimentos à Comissão de Constituição e Justiça. O artigo 235 do Regimento Interno está em vigor e rege os trabalhos desta Casa. Não tenho o menor receio de falar sobre o assunto. Sei que, neste momento, há um grande apelo social, um grande acompanhamento da mídia sobre esse procedimento, mas quero deixar bem clara minha posição. Tenho 25 anos de profissão na operação do Direito, especialmente no trabalho policial. Tenho tranquilidade de dizer que, nesses 25 anos, tenho a minha consciência tranquila de ter feito um trabalho difícil, que é exercer a profissão de policial. Durante todos esses 25 anos de profissão, nunca respondi a um procedimento, a nenhuma sindicância interna, porque sempre trabalhei baseado na lei. Independentemente de pressão ou não, pretendo continuar trabalhando assim. Portanto, quero deixar claro que, na minha opinião, é fundamental que sejam submetidos à Comissão de Constituição e Justiça os requerimentos apresentados a este Parlamento para que se possa apreciar a admissibilidade desses requerimentos na Comissão, como prevê o nosso Regimento Interno, e dar prosseguimento, conforme prevê a Lei Orgânica do Distrito Federal. Aqui não estou falando em suposições, estou falando de algo concreto. Digo que não é do meu conhecimento nenhuma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Não é nem resultado final nenhuma súmula. Não é do meu conhecimento nenhuma ação, nenhum procedimento jurídico questionando a Lei Orgânica do Distrito Federal neste capítulo específico e nas leis específicas e nos artigos específicos que falam sobre o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	7

procedimento de crime de responsabilidade. E não é do meu conhecimento — e desafio que me apresentem o contrário — nenhuma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Regimento Interno desta Casa, no seu art. 235, que diz claramente que, recebida, pelo Presidente da Câmara Legislativa, denúncia contra o Governador e o Vice-Governador, será ela despachada à Comissão de Constituição e Justiça e às demais comissões para que seja examinado o mérito.

Portanto, sinto-me tranquilo de fazer o meu trabalho como sempre fiz, baseado, lastreado, norteado pela lei que é, sem dúvida, o respeito do Estado de Direito, que sempre norteou também a minha vida.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 18, de 29/01/2010, juntamente com a ata sucinta da 115<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Pergunto se mais algum Parlamentar gostaria de usar a palavra nos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo respeito, eu gostaria de dizer que discordo da tese do nobre Deputado Alírio Neto. Mas, ao que me parece, pelo que acordamos, este não é o momento para fazer esse debate jurídico efetivo. Eu fui ao Deputado Alírio Neto e disse a S.Exa. que faremos esse debate ainda hoje, no momento oportuno. Tenho posição diferente, minha posição está na linha da posição do Procurador-Geral da Casa, e a colocarei, como acordamos, no momento oportuno.

Obrigado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há uma pauta, e eu gostaria que V.Exa. chamassem os processos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	8

acordo com a pauta. No que não houver acordo, mas há acordo para quase tudo, nós vamos...

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – As lideranças já entraram em acordo para os projetos que estão na Ordem do Dia?

**DEPUTADA EURIDES BRITO** – Para quase todos, sim. Para alguns, não. Nos que não tiverem acordo, vamos decidir no voto, como em toda Casa parlamentar, pela ordem. Está difícil, porque a Líder está sem pauta.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Vamos chamar os projetos sobre os quais há acordo. Fizemos uma reunião e decidimos isso, que apreciaríamos o que tivesse consenso, o que estivesse acordado. Depois retornaríamos a uma discussão em reunião.

**DEPUTADA EURIDES BRITO** – Vou dar um exemplo: não há acordo sobre a lei dos alvarás. E não podemos passar de um ano para outro sem trabalhar com a lei dos alvarás, só para dar um exemplo. As cidades inteiras, São Sebastião, Itapoã, Estrutural, ficarão na ilegalidade porque não poderão ter nem um alvará provisório. Não há acordo, mas não podemos passar de um ano para outro sem isso. Esse é um dos problemas mais graves.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Está bem, Deputada Eurides Brito, mas vamos começar pelos projetos em que há acordo, pois fizemos uma reunião para isso.

**DEPUTADO PAULO TADEU** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, com relação a essa questão de ordem, porque efetivamente trata-se de uma questão de ordem sobre o andamento da nossa sessão, quero dizer o seguinte: não tenho dificuldade nenhuma em votar quantos projetos forem necessários. A minha preocupação, independentemente do mérito da matéria, mesmo porque há mérito de matéria com que concordamos, é que foi fechada a pauta mínima e estão chegando novos projetos. Se for necessário continuarmos trabalhando amanhã, depois de amanhã, ou sexta-feira, não há dificuldade; mas vamos precisar de tempo para, pelo menos, analisar os projetos que estão chegando hoje a esta Casa.

Quero pedir a V.Exas. e aos demais Parlamentares o seguinte: se tivermos de votar novas matérias, que tenhamos no mínimo 24 horas para fazermos uma análise das matérias e dos projetos que estão fora da pauta acordada. Se não, daqui a pouco, começamos com cinco e terminamos com cem projetos.

Essa é a minha questão de ordem: que tenhamos tempo para fazer a análise dos projetos novos.

**DEPUTADA ELIANA PEDROSA** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	9

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu pediria à bancada do Partido dos Trabalhadores e ao Deputado Reguffe, do PDT, que atendessem a esse apelo para que votássemos o projeto dos alvarás. A repercussão dentro de cada uma das nossas cidades afeta a economia dessas. Cada um dos estabelecimentos — e hoje não são poucos, são milhares — sem alvará está sujeito a ser fechado. Principalmente nesta época, em que se têm as melhores expectativas de venda de todo o ano, que é a época do Natal.

Não estamos colocando aqui para votar 20, 30, ou 10 projetos que não estavam previstos na pauta; mas quanto a esse, pela repercussão na economia do Distrito Federal e principalmente pela repercussão direta nos empregos de muitos trabalhadores, acho que temos de abrir uma exceção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há projetos que adentraram nesta Casa, ou que não estavam na pauta que estávamos analisando, que precisam ser analisados com mais vagar. Quanto ao projeto das microempresas, teoricamente não temos nada contra ele; entretanto, não podemos votá-lo sem que o analisemos com profundidade, até porque precisamos, neste exato momento, ter uma avaliação muito precisa sobre todas as matérias que vão ser objeto de deliberação.

Quanto à questão da carreira fazendária, foi dito que estava apenas se transformando em lei o que está previsto em portaria. Nós não temos nenhuma dessas portarias, não temos conhecimento de nenhuma delas. Nós temos a prática de analisar os projetos e de solicitar a documentação que achamos pertinente. A Líder do Governo vai se lembrar de que, a respeito do PL nº 1.363, que trata de um aval para um empréstimo do BID, nós nos recusamos a apreciá-lo na semana passada porque faltavam documentos. Os documentos foram entregues, analisamos todos e vimos que o projeto é, realmente, importante para a sociedade, e não temos nenhum problema em votá-lo. Mas nós não podemos votar um projeto de grande complexidade, como o da questão dos alvarás, sem o analisarmos. Não há como votar, vai contra a nossa prática.

O projeto das microempresas, que estão pedindo para ser votado hoje, nós não o analisamos ainda. É muito difícil votar uma matéria sem ter conhecimento dela. É o mesmo caso do projeto da carreira fazendária. Em verdade, nós somos favoráveis ao aumento do controle interno, mas é preciso que tenhamos as portarias.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada, só um instante, por gentileza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	10

Solicito à Segurança da Casa que abra a galeria e controle a entrada a ela pelo número de cadeiras. Se for preciso chamar reforço policial, chamarei a Polícia Militar.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sugiro então que façamos uma pausa aqui e que V.Exa. peça o reforço. É preferível prevenir do que remediar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputada Eliana Pedrosa.

Suspenderemos a sessão por 15 minutos até que seja feito o procedimento da entrada das pessoas à galeria. Informo que já foi comunicado, inclusive por esta Presidência, que o auditório, a galeria e a Segurança da Casa não têm condições de dar segurança, e caso haja qualquer incidente, as pessoas serão responsabilizadas. Quanto à última ocupação, o inquérito policial da Polícia Legislativa já foi instaurado.

Está suspensa a sessão por 15 minutos.

(Suspensa às 16h48min, a sessão é reaberta às 16h57min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Esta Presidência questiona os Líderes se há acordo com relação à pauta de hoje, haja vista que há três vetos na ordem do dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós não temos nenhum óbice em votar o Projeto de Lei nº 1.363.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em relação ao item nº 1 da pauta, nós orientamos a bancada que vote favoravelmente. Solicitamos que, se possível, sigamos a ordem que está na pauta e apreciemos o item nº 1 da pauta, que trata da apreciação do voto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item nº 1:

Apreciação do voto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inclusão de unidades imobiliárias da política pública de regularização urbanística e fundiária das áreas ocupadas por entidades religiosas e qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir o relatório sobre a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima para emitir o relatório da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	11

Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o voto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a inclusão de unidades imobiliárias da política pública de regularização urbanística e fundiária das áreas ocupadas por entidades religiosas e qualquer culto para celebrações públicas ou entidades de assistência social e dá outras providências”.

A mensagem foi enviada a esta Casa, tramitou em todas as comissões e foi aprovada pelo Plenário em primeiro e segundo turnos. Foram feitas várias emendas e, na apreciação do Governo, não constam nos registros da TERRACAP os mencionados imóveis. Cumpre salientar, ainda, que não há como chancelar a iniciativa constante do subtítulo do Projeto de Lei Complementar nº 128, de 2009, referente aos lotes, razão pela qual vetamos. Os lotes são de conhecimento de toda a Assessoria da Casa, bem como dos Deputados. Então, o Governador apelou a esta Casa, justificando a apresentação do voto parcial em exame com base em informação da TERRACAP constante na fl. 61, segundo a qual os endereços referidos não constam dos registros cadastrais daquela empresa. São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Câmara Legislativa.

É o relatório, Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela manutenção do voto.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminhamos pela manutenção do voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	12

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	13



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO**

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : ANEXO I

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) 138/2009

PROJETO DE LEI N°(S)

Autor: Deputado(a):

Relator: Deputado(a): WILSON LIMA

Executivo

</p



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	14

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis.

Total de votantes: 20.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 2:

Apreciação do voto total ao Projeto de Lei nº 637, de 2007, de autoria dos Deputados Chico Leite e Raimundo Ribeiro, que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir o relatório sobre a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

**DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.)**  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o voto total oposto ao Projeto de Lei nº 637, de 2007, que “dispõe sobre o fornecimento obrigatório de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde do Distrito Federal”.

O projeto tramitou aqui nesta Casa, passou por todas as comissões, foi aprovado em plenário e foi à chancela do Governador.

O Poder Executivo alega, nas razões do voto, que ele não pode ser sancionado por ser contrário aos parâmetros de índole constitucional aplicáveis ao tema objeto da proposta. A autoridade ainda assevera que a proposta invade competência administrativa do Governador, a quem caberia decidir sobre o emprego de recursos existentes para a aquisição de medicamentos.

Com essas informações, acreditamos que a Câmara Legislativa estará em condições de deliberar sobre o voto oposto.

É o relatório.

**DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, eu peço a retirada de pauta desse projeto, neste momento, haja vista que nós vamos ter oportunidade de melhor nos dedicarmos a ele.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Acato a solicitação do Deputado Raimundo Ribeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	15

Item nº 3:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.339, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento”.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir o relatório sobre a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre o veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 1.339, de 2009, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

A mensagem foi enviada a esta Casa, tramitou na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e, aprovado em plenário em primeiro e segundo turnos, o projeto foi remetido ao Governo. Ao projeto foi oposto veto parcial, especificamente quanto ao conteúdo acrescido pela Emenda nº 33, de autoria do Deputado Leonardo Prudente. Quanto à emenda vetada, nos autos, às folhas 125 e 126, S.Exa. assim se manifestou: “o programa de trabalho” — cujo número é referido aqui — “reforma da Rodoviária do Plano Piloto, da Secretaria de Estado de Obras, indicado para cancelamento não possui disponibilidade orçamentária para financiar o crédito”. E assim ele presta outras informações da mesma natureza.

Eis as informações que julgamos necessárias para a deliberação desta Casa sobre o veto em causa. Salvo as exceções, eu, Deputado Wilson Lima, assumi a leitura do relatório *ad hoc*.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

Haverá votação em bloco, conforme acordo de Líderes, dos vetos parciais aos Anexos VI, VII, VIII e IX do Projeto de Lei nº 1.339, de 2009.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	16

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.  
(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	17



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : ANEXOS 06, 07, 08 e 09.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S)  
 PROJETO DE LEI N°(S) 1.333/2009

Autor: Deputado(a):

Executivo

Relator: Deputado(a): WILSON LIMA

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO - PPS	X				
	AYLTON GOMES	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS - PP			X		
	BENÍCIO TAVARES - PMDB	X				
	BISPO RENATO - PR	X				
	BRUNELLI - PSC			X		
	CABO PATRÍCIO - PT	X				
	CHICO LEITE - PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOUTOR CHARLES - PTB	X				
	ELIANA PEDROSA - DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	EURIDES BRITO - PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN			X		
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO RORIZ - DEM	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X				
	REGUFFE - PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB			X		
	RÔNEY NEMER - PMDB	X				
	WILSON LIMA - PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE - DEM			X		
	TOTAL	19		05		

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <i>Wilson Lima</i>	ASSP	Nº _____ / _____
VOTOS "SIM"	19	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	—	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	05		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	18

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, está acabando de ser montado um substitutivo fruto de acordo. Daria tempo se passássemos para o item seguinte e depois voltássemos a este.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura do próximo item da pauta – item nº 5.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não há acordo para apreciarmos o item nº 5 porque ainda não fizemos a avaliação sobre a matéria. Podemos apreciar o item nº 6.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.414, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria destacar a emenda que apresentei a este projeto para votação em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A emenda está destacada.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	19

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Lembro que ontem foi explicado como foi feito o parecer, adequando aos tipos de veículos. E ontem, alertados pela Deputada Erika Kokay e pelos assessores da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós apresentamos uma emenda de autoria de todos os Deputados que diz que a planilha apresentada pelo Governo vai ser recalculada a partir de 31 de dezembro, haja vista que, nessa planilha, o valor dos carros foi calculado no mês de julho. Portanto, esses carros já estão mais depreciados. Isso trará benefícios para os consumidores finais, para os cidadãos.

Voto pela aprovação do projeto com a pauta anexa de valores e com as duas Emendas de Relator. Quanto às Emendas de Plenário, rejeito as de nºs 1 e 2 e acato a Emenda nº 3. Acato, ainda, a Emenda nº 4, de autoria de vários Deputados.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente. Acato o projeto, de acordo com a pauta de valores anexa. Quanto às Emendas de Plenário, rejeito as Emendas nºs 1 e 2 e acato as Emendas nºs 3 e 4.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Cristiano Araújo, qual é o teor das Emendas nºs 1 e 2, que foram rejeitadas, e das emendas que foram acatadas?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Deputada Erika Kokay, a Emenda nº 1, de autoria do Deputado Reguffe, prevê 5% a quem pagar à vista o IPVA e 10% a quem pagar o valor integral. Então, essa emenda está rejeitada. A emenda do PT prevê a tirada da correção de 4.4. Então, essa emenda também está rejeitada. E a Emenda nº 3, de autoria de vários Deputados, sugerida pela bancada do Partido dos Trabalhadores, refere-se à revisão das planilhas de valores dos carros. E na Emenda Modificativa nº 4, de autoria dos Deputados Wilson Lima e Eurides Brito, fica concedido o desconto de 5% sobre o valor do IPVA para o exercício de 2010 e a isenção do pagamento integral de impostos aos veículos utilizados exclusivamente para os serviços de transportes escolares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	20

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de destacar o parecer sobre as Emendas nºs 1 e 2, que foram rejeitadas pelo Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, o Deputado Reguffe já havia destacado a Emenda nº 1. Portanto, ficam destacadas as Emendas nºs 1 e 2.

Em discussão o parecer, sem prejuízo das emendas destacadas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, já analisamos o projeto minuciosamente. Apesar de não termos emitido parecer ontem, a nossa ponderação é por sua admissibilidade, haja vista que o projeto se encontra dentro dos princípios de constitucionalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e redacional, acatando o parecer emitido pela CEOF, no sentido de rejeitar as Emendas nº 1 e nº 2 e acatar as emendas nº 3 e nº 4, bem como as emendas... Acato as Emendas nº 1 e nº 2, de Relator; rejeito as Emendas nº 1 e nº 2, de Plenário, e acato as Emendas nº 3 e nº 4, de Plenário.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	21

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.414, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	22



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM / /2009

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. N°S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N°S \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N°(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO N°(S) \_\_\_\_\_

RECURSO N° (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO N° (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ERIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	<b>TOTAL</b>	---	19			5	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETARIO DEP. NILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ N° /

FOLHA N° \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	23

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a atenção da nossa Líder e dos colegas Parlamentares. Chegou um projeto aqui, hoje, às 15h, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que está esperando votação. Não temos que votá-lo, não! É mais um processo... Pode ter o objetivo que for. Inclusive, eu dizia agora ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, em uma discussão um tanto quanto acalorada, que é um desprestígio para nós votarmos esse projeto aqui, hoje. Além do mais, é uma Secretaria que não dá resposta a pleito nenhum de Parlamentar, a não ser ao Deputado Rôney Nemer, que disse já ter sido atendido, várias vezes, lá.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputada, vou conceder o aparte. E vou dizer mais: ele diz que uma coisa não tem a ver com a outra. Sei que não tem, mas isso não lhe dá o direito de chegar aqui, hoje, às 15h, com o projeto, para que seja votado. Isso é uma esculhambação (*sic*). É querer empurrar um projeto “goela abaixo”. Vamos ler o projeto. Se ele for bom, iremos votá-lo. Não há nenhum problema.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Deputado Milton Barbosa, permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Na verdade, Deputada Eurides Brito, neste momento, não há aparte. O Deputado Milton Barbosa pediu a palavra. Agora, V.Exa. pode também pedir para fazer uso da palavra, pela Liderança do Governo.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Deputada Erika Kokay e eu já havíamos conversado sobre a questão do projeto e decidido que era impossível, inviável qualquer inclusão em pauta, porque nem as próprias Líderes tiveram tempo de ler o material.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está acatada a manifestação de V.Exa. Esse projeto não entrará na pauta de votação, no dia de hoje.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero falar que fica muito ruim para o Governo chegar a uma sessão que está tumultuada, com um clima não favorável dentro da Casa, com um monte de projetos. Vamos cumprir a pauta estabelecida. Está certo, Deputada Eurides Brito? Caso contrário, geram-se discussões entre Parlamentar e Secretário de Estado na sala do cafezinho, o que não é legal. Então, acho melhor determinar essa pauta e segui-la, senão isso não vai terminar hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo. Inclusive, já existe um acordo de Lideranças. Foi feita uma reunião com os Parlamentares e a pauta está definida. Nenhum projeto vai entrar se não for apreciado pelo conjunto dos Deputados. Vamos discutir os projetos, analisá-los e ver aquilo que pode ou não ser votado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estou absolutamente de acordo. Não podemos votar nada de forma açodada, mas, pelo que entendi, o Deputado Milton Barbosa foi desrespeitado por um Secretário?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Absolutamente. Ele teve o tratamento à altura dele e me deu o tratamento à minha altura, ou seja, igual, embora eu tenha sabido que ele comentou — um homenzarrão daquele — que havia sido desrespeitado. Ele não foi desrespeitado, não. Ele ouviu o que tinha de ouvir.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Quem é o Secretário, Deputado Milton Barbosa?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu me esqueci do nome dele. Como é o nome, Deputado Batista das Cooperativas, do Secretário de Desenvolvimento Econômico?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, se não vai ser apreciado o projeto que o Secretário trouxe a esta Casa, pois já há acordo, eu solicitaria a V.Exa. que ele não permanecesse na sala do cafezinho, porque não faz mais sentido a sua permanência ali.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só quero relembrar aqui um acordo firmado com relação ao projeto da Carreira dos Servidores da Assistência Social. Ele não chegou à Casa ainda, mas deve chegar nos próximos minutos. Se não o votarmos neste ano, no ano que vem ficará prejudicado, por ser ano de eleição, e já havia esse acordo. Eu só queria lembrar isso, porque o projeto não consta da Ordem do Dia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	25

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Eliana Pedrosa, a colocação de V.Exa. é procedente, até porque fizemos uma reunião, na semana passada, e decidimos que tudo o que fosse referente a servidor público seria apreciado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Solicito à Segurança da Casa que esvazie um pouco a sala do cafetinho para que os Parlamentares possam transitar e desempenhar a atividade parlamentar, e que só fiquem lá os assessores estritamente necessários ao desenvolvimento da atividade do Parlamentar presente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a questão levantada pela Deputada Eliana Pedrosa, que realmente é fruto de uma discussão nossa de apreciarmos os projetos referentes a servidores, também abarca o projeto, que deve estar adentrando esta Casa, dos técnicos penitenciários, que estiveram em um movimento de paralisação e que firmaram um acordo traduzido em um projeto. Eu gostaria que, tão logo chegue à Casa, esse projeto seja incluído na pauta, para apreciação, bem como o projeto da Assistência Social.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Sim, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é fato comum, corriqueiro nesta Casa haver técnicos do Executivo, secretários, subsecretários, administradores, enfim, membros do Executivo, subsidiando as nossas votações. Não sei qual incidente ocorreu, mas eu queria solicitar a V.Exa. que... até pelo que eu entendi, nós temos um rol de subsecretários subsidiando este projeto, independentemente de ele ser votado hoje ou não. Eu creio e vejo que ele é meritório, até porque este mesmo projeto já foi aprovado em vários Estados da Federação. Concordo com o Deputado Milton Barbosa que não podemos, não devemos e não vamos votar projeto aqui açodadamente, mas eu não vejo dificuldade nenhuma em secretários estarem aqui subsidiando Deputados no sentido de votarmos um projeto se não hoje, se não amanhã, em fevereiro, em março, enfim, quando tivermos a condição de votar. É essa a solicitação que eu gostaria de fazer a V.Exa. sem nenhum prejuízo de nenhum debate maior. Até porque eu entendi que o Deputado Milton Barbosa não fez nenhuma solicitação neste sentido também.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	26

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi o que o Deputado Batista das Cooperativas falou. Só se devem trazer subsídios, primeiro quando solicitados, e não foi o caso de ninguém aqui porque este projeto não foi sequer lido! Não foi lido. Daí que eu acho que ele não deve ser discutido aqui hoje. A Casa está conturbada por outros problemas. Não é este agora. Há tempo no ano que vem para discuti-lo.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Não vamos deixar de ter oportunidade de debate, claro, eu só fiz uma questão de esclarecimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo, Deputado Milton Barbosa, esta questão já está encerrada porque as Lideranças já fizeram um acordo: ele não vai entrar na pauta, não será votado; então, não se precisa de subsídio de Secretário nem de assessor nenhum.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Democratas se associa à posição do Deputado Milton Barbosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.414, que foi destacada.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal que está na galeria, eu votei nesta Casa, tanto no ano de 2007 quanto no ano de 2008, contrariamente ao aumento do IPTU e do IPVA proposto pelo Governo do Distrito Federal por considerar que a carga tributária cobrada nesta cidade é abusiva para o cidadão, principalmente para a pessoa física. O Governo propôs dar um desconto de 5% no pagamento à vista para o IPTU, assim como para o IPVA. Da mesma forma como defendi ontem para o IPTU, estou defendendo hoje para o IPVA, Sr. Presidente, e o objeto da minha emenda é que este desconto seja aumentado de 5% para 10% no pagamento à vista para o contribuinte que tiver pagado em dia os seus tributos no ano de 2008 e de 2007, nos dois anos anteriores. Essa é uma forma de premiar o contribuinte que paga os seus impostos em dia. E eu não estou pedindo, Sr. Presidente, nada de mais ao Governo do Distrito Federal porque conforme eu li ontem, no caso do IPTU, Maceió dá um desconto de 20% no pagamento à vista; Natal, 20%; Palmas, 30% e Porto Alegre, 20%. Então, o que eu estou pedindo, Sr. Presidente, é simplesmente que se aumente o desconto para o contribuinte de 5% para 10% no pagamento à vista. Isso é razoável. Não é um caso de responsabilidade. É um caso de incentivar aquele contribuinte que sempre paga os seus impostos em dia. Então, eu queria fazer este apelo: na minha opinião, a emenda é meritória porque ela vai incentivar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	27

pessoas a pagarem os seus impostos em dia, e conceder 10% de desconto no pagamento à vista em vez de 5% não é nada de mais já que outras cidades pelo País afora praticam, inclusive, um desconto superior ao que eu estou propondo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, são duas emendas que foram rejeitadas. Uma delas diz respeito ao aumento do desconto, que já foi aqui defendido pelo Deputado Reguffe, para quem proceder ao pagamento à vista do IPVA; a segunda diz respeito ao congelamento do valor dos impostos, do IPVA. Eu digo congelamento porque foi largamente anunciado pelo Governador do Distrito Federal que não haveria aumento de impostos, que os impostos não sofreriam qualquer tipo de reajuste – o que aconteceu com o IPTU, o que aconteceu com a TLP e não com o IPVA em alguns casos. É certo que, em alguns casos, haverá também a diminuição do valor do IPVA, inclusive porque há uma depreciação do próprio veículo, que vai ser reavaliado. Nesse sentido, nós apresentamos uma emenda que foi acatada pelo conjunto de Parlamentares, para que houvesse a reavaliação da tabela, pois há uma depreciação que precisa ser considerada para que se estabeleça o IPVA.

Não faz sentido nenhum aumentarmos, em alguns casos, o IPVA, até porque, Sr. Presidente, só para a Uni Repro – eu não sei se todos e todas lembram que a sua representante aparece na televisão entregando pacotes de dinheiro para o Executivo – o Orçamento está prevendo mais de R\$ 57 milhões; em outra ação mais de R\$ 60 milhões. Está se prevendo quase R\$ 120 milhões só na Secretaria de Saúde, para a Uni Repro estabelecer e fazer um receituário por R\$ 0,30 (trinta centavos), enquanto se fosse feito na máquina da própria Secretaria de Saúde, sairia para 0,03 (três centavos).

Então, neste quadro, com este processo absolutamente profundo, com denúncias gravíssimas de corrupção, como é que ousa o Governo do Distrito Federal, para alguns veículos e alguns proprietários, aumentar o valor do IPVA? Eu me pergunto para quê. Para pagar a Infoeducacional, a Sangari, a Uni Repro, a Vertax, Adler, a Linknet? Para que se quer aumentar o valor do IPVA?

Então, a nossa emenda, que foi rejeitada, é para que não se aumente o valor do IPVA, para que haja o congelamento do valor, e nos casos de diminuição do valor em função da depreciação, esse se mantém, mas que não se proceda a qualquer tipo de aumento. Essa é a emenda e peço o voto dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	28

Passa-se à votação, em separado, da Emenda nº 1 apresentada ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós encaminharemos a bancada para que vote contra a emenda do Deputado Reguffe não pelo mérito, mas porque – já dissemos a S.Exa. na votação do primeiro turno, e eu lhe dei as razões – S.Exa. não obedeceu às normas das fundamentações que ele exige, e ele faz bem em exigir para todos os casos de emendas orçamentárias; tem que vir de onde vem, para onde vai, o que vai acontecer, pois há implicações na própria Lei Orçamentária que vamos votar logo depois.

Então, a nossa bancada votará com o projeto e não com a emenda.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de entender. O encaminhamento será feito: votações em separado da Emenda nº 1 e da Emenda nº 2, é isso? Ou votação em conjunto?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Votação da Emenda nº 1, de autoria do Deputado Reguffe. Quem votar “sim” estará acatando a emenda e quem votar “não” estará rejeitando-a.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – O Partido dos Trabalhadores vota “sim”, vota pelo aumento do desconto para quem pagar à vista.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	29



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO**

Conforme art. 172, 173, 174, 197– I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(s)  EMENDA(S) *1414/09*

- PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S) \_\_\_\_\_  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) *1414/09* \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

*RC*

AUTOR DO DESTAQUE DEPUTADO *REGUFFE*

NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
ALÍRIO NETO	PPS		X			
AYLTON GOMES	PR		X			
BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		X			
BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
BENÍCIO TAVARES	PMDB		X			
BISPO RENATO	PR		X			
BRUNELLI	PSC				X	
CABO PATRÍCIO	PT	X				
CHICO LEITE	PT	X				
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X			
DOUTOR CHARLES	PTB		X			
ELIANA PEDROSA	DEM		X			
ÉRIKA KOKAY	PT	X				
EURIDES BRITO	PMDB		X			
JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
MILTON BARBOSA	PSDB	X				
PAULO RORIZ	DEM		X			
PAULO TADEU	PT	X				
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X			
REGUFFE	PDT	X				
ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
RÔNEY NEMER	PMDB	X				
WILSON LIMA	PR		X			
LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
<b>TOTAL</b>	--	07	162		05	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

*RC*  
SECRETÁRIO DEP. *WILSON LIMA*

**CONCLUSÃO**

- APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO  
 REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO  
 RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO  
 PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

CONSOLIDADO POR	ASSP/ N° /
ASSINATURA	MAT. FOLHA N°



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	30

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Wilson Lima, o Deputado Milton Barbosa quer retificar o seu voto.

O Deputado Milton Barbosa está votando “sim”, retifica de “não” para “sim”. O Deputado Rôney Nemer também modifica o seu voto de “não” para “sim”.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 7 votos favoráveis, 12 votos contrários. Houve 5 ausências.

Está rejeitada a Emenda nº 1 apresentada ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009.

Passa-se à votação, em separado, da Emenda nº 2 apresentada ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Deputada Eurides Brito pediu para que eu encaminhasse pelo Governo, já que fui Relator.

Trata-se de uma emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores. Há casos que não estão contemplados na planilha de valores dos automóveis e o Governo prevê um aumento de 4,44%. A Deputada Erika Kokay quer retirar esse valor da planilha.

Por isso, meu parecer foi no sentido de rejeitar a emenda. Os Deputados da base votam “não” à emenda, rejeitando-a.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota pela Emenda e faz um apelo aos Deputados da base para que votem a favor do povo e que não possibilitem aumentos no pagamento ou no imposto, no IPVA, para ninguém, porque esse foi o compromisso, inclusive, do Governador. É de sorte que o Governador tem seus problemas e, talvez, tenha uma compulsão para fugir da verdade; mas, neste caso, estamos aqui para assegurar a palavra do Governador de que não haverá aumento para ninguém do IPVA.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	31

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	32



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE DESTAQUE EM PLENÁRIO**

Conforme art. 172, 173, 174, 197– I, IV, XII, XV do REGIMENTO INTERNO solicito DESTAQUE da(o):  
 EMENDA(S) 02

- PARTE (S) DA PROPOSIÇÃO. ART.(S)  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)  
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1414/09  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

*Enche vota*

AUTOR DO DESTAQUE DEPUTADO *Erika Kokay*

	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS		X			
	AYLTON GOMES	PR		X			
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP		X			
	BENEDITO DOMINGOS	PP					
	BENÍCIO TAVARES	PMDb		X			
	BISPO RENATO	PR		X			
	BRUNELLI	PSC					
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X			
	DOUTOR CHARLES	PTB		X			
	ELIANA PEDROSA	DEM		X			
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDb		X			
	JAQUELINE RORIZ	PMN		X			
	MILTON BARBOSA	PSDB		X			
	PAULO RORIZ	DEM		X			
	PAULO TADEU	PT		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X			
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB					
	RÔNEY NEMER	PMDb		X			
	WILSON LIMA	PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE	DEM					
	TOTAL	--	5	14		5	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

*SECRETARIO DEP. WILSON LIMA*

**CONCLUSÃO**

- APROVADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO  
 REJEITADA(S) A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO  
 RETIRADO DESTAQUE DA(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO  
 PREJUDICADO DESTAQUE OU A(S) EMENDA(S)/PARTE DA PROPOSIÇÃO

CONSOLIDADO POR	ASSP/	Nº	/
ASSINATURA	MAT.		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	33

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 5 votos favoráveis, 14 votos contrários. Houve 5 ausências.

Está rejeitada a Emenda nº 2 apresentada ao Projeto de Lei nº 1.414, de 2009.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas informo que o item nº 4 da pauta, o Projeto de Lei Complementar nº 132, já se encontra em condições de ser votado na forma do Substitutivo. O Substitutivo já está sendo protocolado e já está em condições de ser votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, que institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer pela Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, que institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos por sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	34

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, que institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, quero relembrar que o Substitutivo aqui apresentado já foi redigido como fruto de acordo entre os referentes partidos. Também ressalto que ele não invalida as emendas que foram já aprovadas no projeto anteriormente. As emendas que já haviam sido aprovadas estão incorporadas ao Substitutivo. Somos pela aprovação do Substitutivo com as emendas aprovadas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Eurides Brito, os substitutivos não invalidam as emendas, com certeza. Estão valendo as três emendas apresentadas.

Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	35

Justiça ao Substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, que institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, o nosso parecer é sobre o Substitutivo ao projeto, com as emendas a ele apresentadas. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não encontramos nenhum óbice. O projeto está dentro dos princípios da constitucionalidade, da regimentalidade e da boa técnica legislativa e redacional. Somos pela aprovação do Substitutivo, bem como das emendas a ele apresentadas.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 132, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o Substitutivo; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	36



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM / /2009

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 382/09

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	<b>TOTAL</b>	---	19			05	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. NILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	37

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado o Projeto na forma do Substitutivo.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.416, 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece os valores da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.416, 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece os valores da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Sr. Presidente, na mensagem do Sr. Governador a esta Casa, S.Exa. concede um desconto de 5% sobre o valor da Taxa de Limpeza Pública para o exercício de 2010 aos contribuintes que efetuarem o pagamento do tributo no valor integral até a data do vencimento da cota única.

O projeto veio com as exigências necessárias à aprovação de matéria dessa natureza. Pelo exposto, encaminhamos pela sua aprovação. O nosso voto é favorável à aprovação.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	38

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.416, 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece os valores da Taxa de Limpeza Pública – TLP para o exercício de 2010 e dá outras providências”.

Sr. Presidente, cabe a esta Comissão analisar o aspecto da constitucionalidade, da regimentalidade e boa técnica legislativa e redacional. Assim, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.416, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	39



DATA: 15/12/2009

**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

**REDAÇÃO FINAL EM / /2009**

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. N<sup>º</sup>S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N<sup>º</sup>S \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI N<sup>º</sup>(S) 1416/09 \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO N<sup>º</sup> (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO N<sup>º</sup> (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X	
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB				X	
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				X	
	<b>TOTAL</b>	---	18			06	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSP/ N<sup>º</sup> /

ASSINATURA

MAT.

FOLHA N<sup>º</sup> \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	40

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Solicito à Segurança que esvazie a sala do cafezinho.

A Presidência vai suspender os trabalhos para uma reunião com todos os Parlamentares.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h, a sessão é reaberta às 18h44min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 18, de 29/01/2010, juntamente com a ata sucinta da 115<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na pauta da Ordem do Dia os projetos extrapauta...

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, buscando referência no acordo que nós construímos entre as lideranças, solicito a V.Exa. que inclua na ordem de votação...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito às pessoas presentes no plenário que façam um pouco mais de silêncio para que o Deputado Batista das Cooperativas possa fazer a sua solicitação à Mesa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – ... o Projeto de Lei nº 1.468, de 2009, que é o crédito de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais), sobre o qual há acordo; o Projeto de Lei nº 1.504, de 2009, crédito de R\$ 25.136.486,00 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais), sobre o qual há acordo; o Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, que trata dos licenciamentos, dos alvarás, sobre o qual há acordo, com ressalvas do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	41

Partido dos Trabalhadores, que no momento apropriado vai fazê-las. Eu gostaria que V.Exa. apreciasse, uma vez que ainda não foi discutido, o Projeto de Lei nº 1.495, de 2009, que os técnicos estão analisando para ver se colocamos na ordem de votação, já que, se as informações que estão chegando a este Parlamentar estiverem corretas, 71 mil servidores poderão ficar prejudicados se não votarmos esse projeto.

Mais objetivamente, são três projetos com acordo: o Projeto de Lei nº 1.468, de 2009 — só repassando para a Deputada Erika Kokay —, que é o crédito de R\$ R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais); o Projeto de Lei nº 1.504, de 2009, que é o crédito de R\$ 25.136.486,00 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais); e o Projeto de Lei nº 1.503, de 2009. Há acordo, sim. O Partido dos Trabalhadores tem um acordo, inclusive, de se abster. É sobre o licenciamento para o funcionamento, são os alvarás.

Quero requerer também, Sr. Presidente, as emendas parlamentares do 1.487, de 2009, e do 1.468, ou melhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Na verdade, Deputado Batista das Cooperativas, que elas sejam transferidas do Projeto de Lei nº 1.467 ao Projeto de Lei nº 1.468, de 2009.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Transferir do Projeto de Lei nº 1.467 ao Projeto de Lei nº 1.468.

Era essa a minha solicitação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Correto, Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na pauta da sessão ordinária o projeto de resolução que eu acabei de ler na Leitura do Expediente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputado Wilson Lima.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.468, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais)”.

Esta Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	42

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, temos acordo para votar o Projeto de Lei nº 1.468. Nós temos acordo para votar o Projeto de Lei nº 1.504, com uma emenda acordada, que deve ainda ser protocolada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Uma emenda supressiva, Deputada Erika Kokay?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – O Projeto de Lei nº 1.503, não tivemos condições de analisar. Portanto, não somos favoráveis à sua apreciação. Se a maioria quiser apreciá-lo, não teremos condição de votá-lo porque não tivemos como fazer a sua análise. Diz respeito a alvarás, a licenciamento. É um processo que tem uma grande complexidade. Apenas isso, Sr. Presidente.

Eu solicito que V.Exa. submeta a questão ao Plenário. Se a maioria desejar apreciar o projeto, não poderemos nos furtar a essa vontade. Contudo, não temos como emitir posição acerca dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo, Deputada Erika Kokay.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.468, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais)”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, informamos que ele cumpre todas as obrigações referentes a créditos suplementares. É um remanejamento do Governo. Foram apresentadas sete emendas de Parlamentares: a Emenda nº 1, de autoria da Deputada Eurides Brito, acatada; a Emenda Aditiva nº 2, de autoria do Deputado Rôney Nemer, acatada; a Emenda Aditiva nº 3, de autoria do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 2, do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 4, de autoria do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 5, de autoria do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 6, de autoria do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Deputado Dr. Charles, acatada. Só ratificando, as emendas de autoria do Deputado Dr. Charles são todas aditivas. São as Emendas Aditivas de nº 1 a nº 7, todas acatadas.

É esse o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	43

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Com a aprovação do projeto, obviamente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é possível, por dez minutos, termos acesso às emendas?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo cinco minutos, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero solicitar a V.Exa., e há acordo, que o Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, objeto de solicitação das pessoas que se encontram na galeria já há algum tempo, seja apreciado em primeiro turno, no dia de hoje, e, posteriormente, em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esse projeto será apreciado, Deputado Batista das Cooperativas, porque foi definido na pauta. Só um instante, por gentileza, que V.Exa. e as pessoas na galeria serão contempladas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Perfeitamente, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Solicito ao Deputado Cristiano Araújo que retifique o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, não vou retificar. Vou apenas ouvir a Assessoria de Plenário quanto à numeração das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Sim, Deputado Cristiano Araújo. O parecer de V.Exa. está correto. A numeração das emendas é que está equivocada.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom que isso fique claro. Agora, já corrigido pela nossa Assessoria de Plenário, informo que foram apresentadas, então, nove emendas: a Emenda nº 1, da Deputada Eurides Brito, acatada; a Emenda Aditiva nº 2, do Deputado Rôney Nemer, acatada; a Emenda Aditiva nº 3, do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 4, do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 5, do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 6, do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 7, do Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 8, do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	44

Deputado Dr. Charles, acatada; a Emenda Aditiva nº 9, do Deputado Dr. Charles, acatada.

É este o parecer, Sr. Presidente: acatamento das emendas e aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu havia solicitado vista das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – V.Exa. não teve vista?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, porque as emendas foram sendo reordenadas pelo Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo. Foi proferido pelo Deputado Cristiano Araújo o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Concedo vista à Deputada Erika Kokay por cinco minutos. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedido vista do projeto à Deputada Erika Kokay, passaremos à apreciação do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, proferido pelo Deputado Cristiano Araújo.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.468, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	45

**Item extrapauta:**

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.504, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 25.136.486,00 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.504, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 25.136.486,00 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Lembro que o referido projeto foi enviado pelo Poder Executivo, que reorganizou as dotações orçamentárias para término orçamentário, cancelando alguns programas e aquecendo outros.

Foram apresentadas a esse crédito três emendas, das quais farei a leitura neste momento: Emenda Aditiva nº 1, da Deputada Eliana Pedrosa, que trata do remanejamento de programas de sua própria Secretaria, dotando outros programas, que fica acatada neste momento; Emenda Aditiva nº 2, do Deputado Cristiano Araújo, que apenas corrige a redação de um subtítulo e fica também acatada; a Emenda Supressiva nº 3, de Plenário, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que retira e suprime os recursos da FAP, que também fica acatada neste momento.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela admissibilidade do projeto, com o acatamento das três emendas ora mencionadas neste projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto retira recursos do Orçamento destinados a crianças e adolescentes, da Secretaria de Desenvolvimento Social, e os transfere para a Cesta Verde e para a Bolsa. Ou seja, transfere os recursos de uma rubrica para outra rubrica. Somos sempre contrários à retirada de recursos do Orçamento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	46

destinados a crianças e adolescentes. Já estamos no dia 15. Portanto, é impossível executarmos o recurso previsto. Por isso, vamos votar favoravelmente. Esse recurso não tem como ser executado neste momento. Está sendo transferido para outras ações que têm possibilidade de execução, considerando que faltam 15 dias para terminar o ano. Vamos votar favoravelmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.504, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos, no âmbito do Distrito Federal”.

Atendendo à solicitação da Deputada Erika Kokay, solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para votarem sobre a apreciação do Projeto de Lei nº 1.503, de 2009.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	47



DATA: 15/12/2009

**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. N°S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N°S \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N°(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO N° (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO N° (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS *QUESTÃO DE ORDEM PARA VOTAÇÃO DO PL 1503/09*

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT			X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN			X		
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT			X		
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM			X		
	<b>TOTAL</b>	---	17	03	04		

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <i>WILSON LIMA</i> CONSOLIDADO POR <i>1381</i> ASSINATURA <i>Paulo</i> MAT. <i>1381</i>		ASSP/PL N° 1503/09 FOLHA N° 20
--	--	-----------------------------------



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	48

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 3 votos contrários.

Está aprovada a apreciação do Projeto de Lei nº 1.503, de 2009.

Designo o Deputado Batista das Cooperativas para emitir parecer sobre a matéria. (Pausa.)

Designo o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, dada a responsabilidade sobre a questão do licenciamento para funcionamento das atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal, a mensagem que chega a esta Casa por meio do Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, pelas questões de mérito relacionadas às necessidades sociais que hoje imperam em todas essas instituições, principalmente as igrejas, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 3 votos contrários, dos Deputados Reguffe, Erika Kokay e Cabo Patrício.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Designo o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	49

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, que “dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal”.

Somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 3 votos contrários.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal”.

Esse projeto, Sr. Presidente, vem corrigir uma série de defeitos em lei e também em decretos anteriores que levaram os empresários do Distrito Federal, em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	50

sua maioria esmagadora, a ficar sem os devidos alvarás. O que significa dizer que todas as cidades estão com o grosso do seu comércio sem alvará. Esse projeto tem essa vertente da urgência na votação, que é exatamente para trazer tranquilidade àqueles que geram emprego e renda no Distrito Federal e dar condições aos administradores regionais para que possam expedir os alvarás.

Portanto, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, o parecer é pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 3 votos contrários, do Deputado Reguffe, da Deputada Erika Kokay e do Deputado Cabo Patrício.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.503, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, cabe a esta Comissão analisar os aspectos de constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redacional. No que tange a esses quesitos, somos por sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	51

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 3 votos contrários, do Deputado Reguffe, da Deputada Erika Kokay e do Deputado Cabo Patrício.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.503, de 2009.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, esse projeto chegou a esta Casa, se não me falha a memória, no último dia 10. Trata-se de um projeto de extrema complexidade, que diz respeito ao licenciamento para funcionar atividades econômicas e sem fins lucrativos. Portanto, é um projeto de extrema complexidade. Não houve tempo hábil para que pudéssemos proceder a uma avaliação e não tenhamos medo de errar. Nenhum medo de errar! A forma como estamos aprovando é uma irresponsabilidade deste Poder Legislativo! É uma irresponsabilidade porque, olhando rapidamente esse projeto, vamos perceber que num mesmo local pode haver mais de um alvará de funcionamento, mais de um licenciamento para que o comércio possa funcionar. Isso significa a possibilidade de que haja empresas de fachada funcionando com alvarás.

Sr. Presidente, para além disso, ele fere uma série de legislações federais. Ele fere o que prevê o Estatuto das Cidades, ele fere o que prevê a nossa própria Lei Orgânica. Portanto, ele é um projeto absolutamente inconstitucional.

Eu diria que não se pode tratar licenciamento para funcionamento de atividades sem fins lucrativos e atividades de caráter econômico da forma como esta Casa está tratando. Esta Casa já tem entrado nas páginas dos jornais de forma absolutamente negativa, e não podemos, ainda no final do ano, com apenas três dias, praticamente, dois dias úteis, analisar este projeto desta forma. É um projeto que diz respeito à legislação, que envolve legislação urbanística, que envolve legislação ambiental, que envolve Lei Orgânica, que envolve o Estatuto das Cidades, que envolve tudo isso. Não podemos ter parecer em plenário, sem que a Comissão tenha se detido acerca do projeto, e aprová-lo de forma absolutamente açodada, até porque, quando negociamos a pauta de relevante interesse da sociedade na semana passada, este projeto não estava em discussão e não estava para ser votado. Ele não estava elencado como um dos itens a serem apreciados por esta Casa.

Eu diria que a bancada do Partido dos Trabalhadores não está votando favoravelmente, foi contra a apreciação deste projeto dessa forma e acho uma verdadeira irresponsabilidade do Poder Legislativo aprová-lo de forma açodada. Obviamente que existem várias pessoas honestas que serão beneficiadas com ele, mas eu me preocupo com quantas pessoas e se não haverá pessoas desonestas que serão favorecidas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	52

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi atentamente o que a Deputada Erika Kokay falou aqui. Todo mundo sabe do relacionamento que eu tenho com a bancada do Partido dos Trabalhadores, com todos os Deputados, e com S.Exa., principalmente, mas vou dissenter dela em alguns pontos. Só vou concordar com a parte em que a Deputada diz que o tempo foi curto para que se discutisse na sua inteireza o projeto.

Agora, dizer que é irresponsabilidade desta Casa aprovar este projeto é desconhecer o que é administrar. Estou falando agora na condição de administrador de 40 anos de vida pública. Administrador de duas cidades, inclusive da maior, de Ceilândia. Irresponsabilidade é deixar aqueles que V. Exa. chamou de honestos... V.Exa. duvidou e supôs que alguém ou que uma parcela que será abrangida nesse projeto poderá se beneficiar. Estou me valendo das palavras de V.Exa. E isso é que é irresponsabilidade. É deixar Brasília inteira sob a égide da fiscalização para o fechamento do comércio.

Dizia o Deputado Aylton Gomes na sala do cafezinho, trazendo motivos para justificar, que exigir “habite-se” de Planaltina, uma cidade secular, para conceder um alvará, isso sim, é irresponsabilidade. O projeto vem tentar consertar essas coisas. Se houver alguma anormalidade, como houve no passe estudantil, inclusive com uma denúncia aqui na Casa de um empresário, mandou-se para cá o outro projeto.

Não vejo irresponsabilidade desta Casa, não. Irresponsabilidade é deixar aqueles que geram emprego e renda descobertos, com os seus comércios fechados. Aí, sim, é irresponsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Srs. Deputados, este projeto terá o meu voto. Sou totalmente favorável à votação desse projeto, em especial pela situação das cidades históricas do Distrito Federal. Planaltina é uma cidade que já existia antes de haver qualquer norma técnica no Distrito Federal. As casas já eram construídas. Brazlândia também. E há outro aspecto que tem de ser lembrado e tem de ser resolvido por esta Casa. Acho que a oportunidade deste projeto é muito propícia. Refiro-me à questão da legalização dos condomínios. Os condomínios quase todos eram em áreas rurais. As casas foram construídas sem nem haver projeto de edificação aprovado na época, portanto, não havia normas técnicas. Aqueles condomínios que estão sendo legalizados estão em áreas urbanas hoje. Quando os seus moradores vão buscar o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	53

alvará nas administrações regionais, eles percebem que as construções estão totalmente fora dos padrões previstos hoje.

Então, como vamos exigir que os moradores venham a recondicionar os seus imóveis nos padrões de hoje, sem derrubada, sem prejuízo, se, na época em que as suas casas foram construídas, a área ainda era rural?

Portanto, este projeto resolve problemas antigos da cidade e problemas novos. Se esta Casa tem interesse em regularizar condomínios, a regularização somente estará completa quando os moradores tiverem não somente com a escritura em mãos, mas também com o "habite-se" de suas casas. Além da escritura, os moradores de condomínios merecem ter o "habite-se" das suas casas. E isso efetivamente só é possível com a aprovação deste projeto aqui na Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade, aos nossos ouvintes, aos nobres pares, à querida imprensa. Ao falar hoje do projeto dos alvarás, eu me reporto, como administrador por quase dois anos da cidade de Planaltina, para dizer que significa um "desafogar" dos administradores que vocês não têm noção.

A falta de alvarás vem trazendo um prejuízo ao setor econômico, aos empresários que querem investir, às novas empresas e também às já existentes que não estão tendo condições de renovar os seus alvarás.

Portanto, esta Casa Legislativa, mais uma vez, faz o seu papel ao oportunizar aos nossos empresários do Distrito Federal poderem ir a uma administração, e ao administrador, com toda tranquilidade e competência, por meio de uma lei, poder assinar um alvará de funcionamento, indiferentemente da ação econômica que venha a ser desenvolvida em sua cidade.

Temos ainda que acreditar na honestidade do povo. E eu quero dizer que este projeto vem resolver problemas antigos.

Agradeço aqui ao Deputado Alírio Neto por reportar-se à cidade histórica de Planaltina, pois, quando o Distrito Federal foi traçado na sua poligonal, ficou no seu interior uma cidade secular, uma cidade construída sem nenhuma norma técnica. E mesmo depois, com as normas técnicas, há ainda alguns setores, como o Jardim Roriz, Arapoanga, que não têm o alvará de construção.

Portanto, no formato em que estava era realmente um prejuízo muito grande para os empresários. E hoje damos de presente a todos os administradores e a todos os empresários a oportunidade de o administrador assinar o alvará e de o empresário poder fazer o seu investimento social.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	54

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (PSC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho a convicção de que o Governo acerta numa proposição que é a sociedade que pede. A sociedade pede a regulamentação dos alvarás dentro das cidades do Distrito Federal, as pessoas que têm o seu pequeno comércio, as pessoas que têm as entidades sociais, principalmente as filantrópicas.

Ouvimos discursos de diversos Deputados, uns falando de boa-fé, outros falando de má-fé. Não estamos aqui discutindo Lei Penal, estamos discutindo a progressão de uma sociedade que cresce, a progressão de mudança de uma legislação que tem que se firmar, principalmente nos pontos de encontro para o Evangelho. As igrejas não estão se beneficiando, elas estão sendo reconhecidas. Reconhecidas em poder ter as suas portas abertas. Reconhecidas pelo sagrado mandamento da Constituição Federal, que assegura a liberdade de cultos, exatamente no que estávamos sendo impedidos, pela divergência das mudanças das leis e das questões econômicas, que podem, cada vez mais, tolir essa liberdade.

Então, nós pontuamos e votamos pela liberdade da expressão religiosa e pela abertura, sempre, dessas entidades, das igrejas, pois elas transformam essas vidas. Em específico, faço alusão às igrejas. Em específico, é a bandeira em que nós estivemos e estamos aqui nessa representatividade.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que a votação seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	55



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. N<sup>º</sup>S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N<sup>º</sup>S \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI N<sup>º</sup>(S) 1503/09 \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

RECURSO N<sup>º</sup> (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO N<sup>º</sup> (S) \_\_\_\_\_

OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT			X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN			X		
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT			X		
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM			X		
	<b>TOTAL</b>	---	17	03	04		

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSP/ N<sup>º</sup> /

ASSINATURA

MAT.

FOLHA N<sup>º</sup> \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	56

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

**DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT.** Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a primeira coisa a dizer é que o projeto não diz respeito a condomínios. O projeto é bem claro: “dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos”. Portanto, não existe alvará para residência ou muito menos se envolvem condomínios nesta discussão. Não estamos falando de condomínios!

Segunda coisa: se há uma fiscalização da AGEFIS, é porque algo está errado. Não é mudando a lei para que ela se adeque à ilegalidade que estaremos promovendo o Estado Democrático, o Estado de Direito, no Distrito Federal. É preciso que haja normas que respeitem a nossa legislação porque a cidade é o lugar onde se vive, não pode ser um lugar onde tudo é permitido. Chega de ilegalidade no Distrito Federal!

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 77, de 2009, de autoria da Mesa Diretora, que “altera, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

**DEPUTADO WILSON LIMA (PR.** Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 77, de 2009, de autoria da Mesa Diretora, que “altera, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional do Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal – FASCAL”.

Sr. Presidente, cabe a esta Comissão analisar os aspectos de legalidade, constitucionalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e redacional. Analisamos minuciosamente o projeto. Somos pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	57

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 77, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 16 Deputados favoráveis e 1 abstenção, do Deputado Reguffe.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para justificar minha abstenção, quero dizer que não tenho pleno conhecimento do que é o projeto. A minha assessoria não teve tempo de estudá-lo. Por isso a minha abstenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras de Finanças, Controle, Planejamento e Orçamento do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que, segundo minha assessoria, esse projeto foi lido hoje no plenário. Penso que é de bom tom que os projetos tramitem nesta Casa com algum tempo e não sejam lidos e votados no mesmo dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concordo com a posição de V.Exa., Deputado Reguffe, mas esse projeto se encontrava na pauta de votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	58

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras de Finanças, Controle, Planejamento e Orçamento do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, quanto ao mérito, somos pela aprovação.

É o parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras de Finanças, Controle, Planejamento e Orçamento do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, prezados servidores, é com prazer que apresentamos a Mensagem nº 334, de 2009, que foi lida nesta Casa no dia 9 de dezembro e que trata da apreciação do projeto de lei que reestrutura com adequação e organização as carreiras de Finanças, Controle, Planejamento e Orçamento do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	59

Já não é a primeira vez que vem a esta Casa questão de reestruturação de carreiras. Há pouco nós aqui aprovamos a do SAE e hoje estamos aprovando mais uma das importantes carreiras de estado, a carreira de Finanças, Controle, Planejamento e Orçamento do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

O projeto de lei preenche as exigências da nossa legislação para tal, sendo ele um projeto completamente abrangente, disciplinando, portanto, e colocando numa peça única coisas que estavam regulamentadas através de diferentes controles e que criam uma situação nova. Na situação anterior eles estavam divididos em Finanças e Controle, e Planejamento e Orçamento. Na situação que passaria a vigorar a partir desta aprovação, nós vamos ter Auditoria de Controle Interno do Distrito Federal com a especialidade em Finanças e Controle, especialidade em Planejamento e Orçamento, que é o desejo, realmente, de todos os servidores.

Somos pela aprovação, no mérito. É o merecimento.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.494, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração, sem aumento de despesa na denominação das carreiras de Finanças, Controle, Planejamento e Orçamento do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, bem assim sua reestruturação e organização, e dá outras providências”.

Cabe a esta Comissão analisar os aspectos de regimentalidade, legalidade e boa técnica legislativa e redacional. Somos pela admissibilidade do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	60

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.494, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

Agradeço a presença dos técnicos da Fazenda e parabenizo-os pela aprovação do projeto em primeiro turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque, ainda nesta sessão, a votação em segundo turno do presente projeto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pelo Regimento desta Casa, há que se ter um interstício para apreciar as matérias em segundo turno. Então, nós acordamos uma pauta para esta sessão, ela já foi cumprida. As discussões em segundo turno de todas as matérias aqui apreciadas têm de obedecer ao interstício. Não há nenhum tipo de acordo para que possamos apreciar ainda hoje, em segundo turno, as matérias aqui já apreciadas em primeiro turno porque fere o Regimento.

Então, nós vamos seguir o Regimento e, seguindo-o, há que se respeitar o interstício, Sr. Presidente. O segundo turno do conjunto das matérias aqui apreciadas fica para o que prevê o Regimento.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	61

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para contraditar eu gostaria de dizer que a frase mais usada nesta Casa – peço que os que duvidarem do que eu afirmo levantem nas notas taquigráficas – é: “Sr. Presidente, peço a dispensa do interstício e que se dê como lida e aprovada a redação final”. Essa é a frase mais comum nesta Casa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós não estamos votando redação final, porque as matérias foram apreciadas somente em primeiro turno. Acordos se fazem, Sr. Presidente, pois esta é uma Casa de acordos. Eu digo que não há acordo para apreciarmos em segundo turno, no dia de hoje, as matérias que já foram apreciadas. Não apenas o Projeto de Lei nº 1.494, mas todas as matérias.

Esta Casa não pode estar se preparando para um recesso, deixando a população sem respostas sobre as denúncias de irregularidades que têm invadido nossas casas.

Portanto, Sr. Presidente, não há acordo. Não há acordo. Vale o Regimento, que diz que há um interstício para que se apreciem as matérias em segundo turno.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para contraditar eu gostaria de dizer que não estamos ainda em fim de sessão, ainda há várias matérias a serem votadas nesta Casa, inclusive aquelas às quais a Deputada Erika Kokay se refere. A Deputada insinua como se estivéssemos deixando... Todas elas estão pautadas, como sabe V.Exa. e sabem todos, para serem votadas ainda no decorrer desta noite. Então, não é exatamente o que se está fazendo. Aqui não está se criando um quadro de faz de conta. Há ainda algumas matérias para serem votadas; inclusive, está combinado o retorno, agora, à reunião para fecharmos o que faremos no restante do expediente desta noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência gostaria de prestar um esclarecimento para as pessoas presentes na galeria – até porque entendem que nós fechamos o acordo de votar a questão dos servidores – e também a todos os presentes e à imprensa.

O art. 67 da Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu Parágrafo Único, diz:

“Art. 67. A convocação extraordinária da Câmara Legislativa far-se-á:

I - pelo Presidente, nos casos de:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	62

a) decretação de estado de sítio ou estado de defesa que atinja o território do Distrito Federal;

b) intervenção no Distrito Federal;

c) recebimento dos autos de prisão de Deputado Distrital, na hipótese de flagrante de crime inafiançável;

d) posse do Governador e Vice-Governador;

II- pela Mesa Diretora ou a requerimento de um terço dos Deputados que compõem a Câmara Legislativa, para apreciação de ato do Governador do Distrito Federal que importe crime de responsabilidade;”

O Requerimento nº 1.932, de 2009, lido no dia 15 de dezembro de 2009, “requer a convocação extraordinária, durante todo o período de recesso parlamentar de 2009/2010, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para apreciação de atos do Governador José Roberto Arruda que importam crime de responsabilidade, associados ao Inquérito nº 650/2009 do Superior Tribunal de Justiça, mantendo-se a continuidade da tramitação dos pedidos de abertura de processo de crime de responsabilidade do Governador do Distrito Federal”.

No entendimento desta Presidência, salvo maior juízo, a Câmara Legislativa está autoconvocada, pois o requerimento atende a todos os requisitos para apreciar crime de responsabilidade do Governador do Distrito Federal. Quero informar a todos os presentes que esta Presidência tem empregado todos os esforços para que façamos um acordo e apreciemos todas as denúncias que vieram à tona no Distrito Federal com a maior isenção possível, apesar de ser um Deputado do Partido dos Trabalhadores.

Com relação aos projetos que têm de ser apreciados em segundo turno e também à LOA, que tem de ser votada em primeiro e segundo turnos, se assim os Parlamentares quiserem, quero declarar aqui que sou contrário ao recesso da Câmara Legislativa sem a apuração dos devidos fatos, mas esta Casa é uma casa democrática, dos 24 Parlamentares.

Por isso, solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Parlamentares presentes, dos 24 Parlamentares, para apreciarmos o recesso legislativo. Quem votar “sim” estará sendo a favor da apreciação da LOA e da entrada no recesso; quem votar “não” estará sendo contrário à entrada no recesso, para que esta Casa continue trabalhando para apurar as denúncias das ilícitudes que aconteceram no Distrito Federal, seja no Governo ou na Câmara Legislativa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	63

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em todos os momentos em que temos discutido nesta Casa – e quero citar os 22 Parlamentares que estiveram presentes ontem, de forma extraordinária, na segunda-feira, e hoje –, o acordo foi no sentido de não sairmos de recesso sem dar uma resposta para a sociedade. Não podemos e não vamos fazer isso.

Não entendi muito bem a colocação de V.Exa., porque não foi neste sentido que discutimos agora há pouco. A Deputada Erika Kokay insinuou – e me perdoe se não foi isto, mas quero crer que foi – que esta Casa vai sair de recesso de forma irresponsável. Não vai! Esta Casa tem trabalhado e daqui a pouco estará instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Há um processo que será apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, e nós constituiremos uma Comissão Especial, ou seja, seguiremos um rito. A Casa não sairá, de maneira alguma, de recesso sem dar uma resposta, até porque não poderíamos. Desde os primeiros momentos em que pude me manifestar sobre esta situação difícil da política nacional, especificamente do Distrito Federal, eu tenho falado que esta Casa, estes Parlamentares não serão omissos. E tenho certeza de que V.Exa. não será, e todos os Parlamentares aqui não serão, por uma única e grandiosa razão: nós queremos, precisamos e vamos descobrir a verdade! Nós queremos descobrir toda a verdade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Batista das Cooperativas, eu concordo com V.Exa. e acato sua questão com relação à Comissão Parlamentar de Inquérito, mas, na questão de crime de responsabilidade, esta Casa já está autoconvocada em função de que o requerimento atende aos requisitos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha interpretação sobre a convocação, segundo os princípios gerais, é que, se V.Exa. perceber bem, nós vamos ver que, nas hipóteses de crime de responsabilidade, pode haver convocação por parte da Mesa Diretora ou por parte do requerimento com oito subscrições. Há a segunda hipótese, que é o requerimento com oito subscrições. Nesse caso, a meu ver, a convocação é, como V.Exa. disse, automática: há uma autoconvocação extraordinária automática em razão do requerimento. Essa foi a interpretação que fiz. Agora, se há efetivo dissenso – e nós fizemos aqui o debate –, não há problema! Esta é uma Casa coletiva: que se coloque em votação. Por exemplo: eu observava no debate do Deputado Alírio Neto dedicado ao Regimento, que, no meu entender, tem que ser a Lei nº 1.079, de 1950, que deveria dar o rito para o processo de crime de responsabilidade. Alguns colegas entendem que deve ser a Comissão de Constituição e Justiça. Eu acho que também quanto ao procedimento, dever-se-ia colocar em votação. Esta é uma Casa coletiva.

Então, quanto à votação ou não da LOA, nós temos a compreensão de que não é possível encerrar o semestre sem a apuração das responsabilidades. Também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	64

quanto ao método, quanto ao procedimento dos crimes de responsabilidade, nós entendemos que deve se iniciar por uma Comissão Especial, como diz o parecer do Procurador Geral e o Supremo, em três decisões. Outros colegas entendem que é pela Comissão de Constituição e Justiça. Que se faça o debate coletivo e que se coloque em votação, já que a votação nesta Casa é aberta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Senhor Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero fazer uma homenagem ao seu espírito democrático. É óbvio que V.Exa. tem um posicionamento e é óbvio que tinha, por uma questão ideológica e de filiação partidária, interesse em que houvesse a convocação automaticamente, não tenho dúvida nenhuma, mas o espírito democrático de V.Exa. está permitindo que façamos a votação.

Entretanto, dentro desse mesmo espírito democrático de V.Exa. e da tradição desta Casa, nós temos tido impedimentos para chegarmos ao melhor termo, àquilo que é melhor, não só para a Câmara Legislativa, mas principalmente para a sociedade de Brasília.

Neste momento, nós temos um embate, sem dúvida nenhuma, entre duas posições – o que nesta Casa é natural, porque nós temos Situação e Oposição –, as quais seriam: se entraríamos de recesso ou faríamos a apuração; se o rito seria apresentado pela Lei de 1.950 ou pela Lei Orgânica aprovada mais recentemente, se não me engano, em 1992.

Então, dentro do aspecto de que temos realmente esse espírito democrático, e levando em consideração que tenho em minha mão uma questão de ordem assinada por vários Deputados que solicita que, para tirar essa dúvida, seja colocado em votação – o que V.Exa. já fez – se a autoconvocação poderia ser ou não aprovada por um terço da Casa, lembrando sempre que o Plenário é soberano, eu queria fazer um apelo a V.Exa. e ao seu espírito democrático para que possamos suspender a sessão por quinze minutos para conversarmos um pouco sobre essas questões e ver se chegamos a um acordo, a um bom senso.

Lembro sempre que o nosso compromisso, não tenho dúvida nenhuma, é que venhamos a apurar as coisas da melhor forma possível, principalmente respeitando o Estado de Direito e o Direito de Defesa, mas, sem nunca deixar de dar uma resposta à sociedade de Brasília. Faço esse apelo a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza, Deputado Alírio Neto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	65

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria apenas dizer aos servidores que temos toda a disposição de votar amanhã ou quinta-feira o projeto em segundo turno, como prevê o Regimento. Eu gostaria de dizer que todas as matérias têm que seguir o Regimento.

Eu gostaria também de dizer, Sr. Presidente, que o melhor seria se nós explicitássemos as posições. O Deputado Batista das Cooperativas aqui disse que não quer sair de recesso, que quer apurar todos os processos de investigação, que são três de prerrogativa estrita desta Casa: CPI, quebra de decoro e crime de responsabilidade. Eu estou com o requerimento para que nós trabalhemos no recesso para apreciarmos esses três processos de investigação. Vou apresentá-lo ao Deputado Batista das Cooperativas para que S.Exa. possa colocar a sua assinatura na condição de Líder do Governo.

Mas eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que a pauta que foi estabelecida, que foi acordada, foi vencida.

Aqui está o requerimento do Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. pode assinar. Este requerimento propõe que nós funcionemos através de convocação extraordinária durante o recesso para apreciar os três processos — a CPI, a quebra de decoro e o crime de responsabilidade. Então, está disponível para que V.Exa. possa assinar.

Sr. Presidente, a sessão cumpriu a sua pauta, e nós temos ainda algumas funções, como a de indicar os membros da CPI, que ainda está no período regimental, para que possamos, enfim, colocá-la em funcionamento. E espero também, Sr. Presidente — independentemente da Comissão de Constituição e Justiça ou não, pois acho que não há divergência acerca da Comissão Especial —, que os membros da Comissão Especial sejam indicados.

Então, sugiro que, no dia de hoje, encerrada a pauta que já foi apreciada, a pauta já acordada, nós possamos indicar os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e os da Comissão Especial. Aliás, o Partido dos Trabalhadores já indicou o seu representante na CPI e os seus representantes na Comissão Especial.

Essa é a minha solicitação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Certo, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, confesso que estou meio tonto com a proposta que V.Exa. fez. E falo isso baseado naquilo que nós vimos discutindo todos os dias, todas as horas, sem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	66

nenhum acordo. Ficou muito claro nas discussões feitas nesse tempo todo que há uma parcela grande de Deputados que não quer recesso, na qual eu me incluo. Mas é preciso esclarecer à comunidade, a quem detém a informação e a quem tem o poder de informar que o único dissenso que há é quanto ao início da convocação.

Todo mundo, entendi assim, está querendo a convocação. Mas é preciso definir se é dia 5 de janeiro – V.Exa. sabe isso, pois já discutimos o assunto –, se é dia 11 de janeiro ou se é a partir de agora. O que se espera desta Casa é uma definição, um direcionamento. O que nós vamos fazer? Quando? É a partir de agora, de amanhã, depois do Natal, depois do Ano Novo? Enfim, é preciso que nós definamos isso. Mais reunião para discutir o que vamos fazer? Nós já discutimos às escâncaras! Então, vamos definir. Eu acho que a definição que V.Exa. propôs é muito infeliz, porque quem disser “não” à votação do Orçamento estará abdicando do recesso. Não entendi. Confesso que estou tonto, estou confuso. Não entendi. O que eu consegui apreender do que nós discutimos até hoje foi isso que eu acabei de dizer. A Casa precisa dizer se vai ou não haver convocação e, se vai, quando começa. Nós esperamos isso. Não podemos ficar na dúvida.

Muito obrigado.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Para esclarecer a colocação de V.Exa., Deputado Milton Barbosa, eu solicitei que a chamada dos Parlamentares seja feita para decidir se votamos a LOA ou não. O Presidente tem a prerrogativa de incluí-la na Ordem do Dia, mas esta Casa é democrática, como foi dito aqui. Então, precisamos definir.

Porém, quanto à questão da autoconvocação e do requerimento, isso já está claro. A Lei Orgânica do Distrito Federal estabelece: não há votação do requerimento. Requerimento é como CPI: com oito assinaturas, lido e atendidos os requisitos, está definida a autoconvocação para o crime de responsabilidade do Governador do Distrito Federal. Não é sobre CPI, nem sobre os processos de quebra de decoro. Essa parte já está superada pelos integrantes da Presidência. Claro, esta é uma Casa democrática e nós vamos discutir exaustivamente. Contudo, como V.Exa. mesmo disse, nós estamos discutindo há mais de uma semana para chegarmos à criação das comissões e não chegamos a uma definição ainda. Então, precisamos chegar, hoje, a uma definição.

**DEPUTADO MILTON BARBOSA** – Com certeza. Muito obrigado.

**DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.)** –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	67

Sr. Presidente, eu queria me somar ao Deputado Alírio Neto, no sentido de suspendermos a sessão por 15 minutos para que possamos nos reunir na sala do café.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – De acordo, até porque eu quero informar para as pessoas aqui, para todos os Deputados presentes e para os blocos que, por exemplo, para a Comissão Especial, somente foram indicados, como titulares: Deputado Alírio Neto, Deputada Erika Kokay e Deputado Chico Leite, e como suplentes: Deputada Eurides Brito, Deputado Paulo Tadeu e Deputado Cabo Patrício. Os outros blocos não indicaram ainda.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito, como titulares: Deputado Alírio Neto, Deputado Batista das Cooperativas e Deputado Paulo Tadeu; como suplentes: Deputado Benício Tavares, Deputado Wilson Lima e Deputado Chico Leite. Os outros blocos ainda não indicaram. E nós estamos no processo há mais de uma semana, inclusive com publicação no Diário da Câmara Legislativa.

Então, eu vou, em função de toda essa discussão, suspender a sessão por 15 minutos. Peço à Segurança que esvazie a sala do café para que os Parlamentares possam discutir e chegar a um entendimento.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 19h56min, a sessão é reaberta às 22h34min.)

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a presente sessão.

Esta Presidência solicita a todos os Parlamentares que se encontram nas dependências desta Casa que se dirijam ao plenário para que possamos iniciar as votações.

Solicito ao Deputado Milton Barbosa que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	68

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Esta Presidência indaga da Deputada Eurides Brito e da Deputada Eliana Pedrosa o que foi acordado para ser apreciado.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há acordo para votarmos os planos de carreira de todos os servidores que estão aqui – entraram quatro planos agora à noite. Eu gostaria que esses projetos fossem apreciados em primeiro lugar e, logo em seguida, o primeiro turno da lei que trata do Orçamento; ou como V.Exa. determinar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência vai aguardar o Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, eu não estou falando sobre pessoas, estou falando sobre quem preside a Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há um acordo...

DEPUTADA EURIDES BRITO – Eu sei, mas eu estou falando a Presidência da Casa, por quem ela estiver sendo exercida.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Terei o maior prazer em colocar em votação.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 18, de 29/01/2010, juntamente com a ata sucinta da 115<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto da carreira Assistência Social foi lido através de um fax que chegou há algum tempo. E agora o projeto já está aí, Sr. Presidente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Chegou mais algum Deputado? Deputado Paulo Roriz está presente. Deputado Cristiano Araújo está chegando agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Deputada Erika Kokay também já chegou.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Deputado Cristiano Araújo está sempre presente, Deputado Milton Barbosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	69

DEPUTADO REGUFFE – O Deputado Reguffe está presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Todos os Deputados estão presentes.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 18, de 29/01/2010, juntamente com a ata sucinta da 115<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que incluísse como itens extrapauta da sessão ordinária desta terça-feira, 15 de dezembro de 2009, a discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, que “dispõe sobre a reestruturação da carreira pública Assistência Social do Distrito Federal”; também o Projeto de Lei nº 1.513, de 2009, que “estende a gratificação de exercício temporário de atividade penitenciária – GETAP – aos integrantes da carreira de Atividades Penitenciárias do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”; a discussão e votação do Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana do Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal e dá outras providências”. O item nº 4, a discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, que “dispõe sobre a criação da carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”; item nº 5, a discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.514, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera as tabelas de vencimento básico da carreira de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”; a discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.383, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata todos os pedidos, com exceção do Orçamento, que está sendo discutido. Todos os pedidos estão acatados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reestruturação da carreira pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	70

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputado Paulo Tadeu, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reestruturação da carreira pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências”.

Eu estou entendendo que esse projeto é fruto de um acordo com os servidores, servidores esses que tiveram de fazer greve para obterem uma reestruturação de suas carreiras.

O projeto acaba de chegar à Câmara Legislativa. Nós não tivemos, portanto, tempo hábil para nos aprofundarmos no seu conhecimento. Os Líderes desta Casa e os próprios servidores estão dizendo que o projeto, que chega a esta Casa, vai ao encontro do desejo dos servidores.

Então, é bom ficar muito claro que, apesar do pouco tempo, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Presidente, que é a comissão que tem como objeto o debate da questão social, da relevância desse projeto, nós não encontramos nenhum óbice.

Somos favoráveis, portanto, à sua aprovação, deixando para as demais comissões a análise com relação à constitucionalidade e também à questão financeira.

Então, somos favoráveis ao presente projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	71

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reestruturação da carreira pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências”.

A mensagem chegou cumprindo todos os requisitos, com seus anexos respectivos, com o projeto de lei propriamente dito. Quero apenas fazer, Sr. Presidente, uma correção devido a um pequeno equívoco. No § 2º do art. 2º, quando se refere na última linha — para que fique bem anotado na taquigrafia —, o parágrafo único diz assim: “as especialidades e suas respectivas atribuições serão definidas no prazo de 180 dias, em ato conjunto dos órgãos gestores da carreira e do órgão central do Sistema de Gestão de Pessoal do Distrito Federal, ouvindo o Comitê Gestor de que trata o art. 17 desta Lei”. O artigo é 16 desta Lei. Fique registrado que é o art. 16, e não o art. 17.

Nos demais, sem nenhuma observação. Somos pela aprovação.

É o parecer

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.510, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reestruturação da carreira pública de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, cumpre a esta Comissão fazer a avaliação da admissibilidade dos projetos. O projeto cumpre o requisito da iniciativa. Trata de servidores e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	72

servidoras, e é de iniciativa do Poder Executivo. O projeto traz, como já foi dito pela Relatora da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, as planilhas necessárias, cumprindo os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orgânica. Há um erro material, já corrigido na referência ao art. 16, e não ao art. 17, como escrito. Erro de redação, erro material corrigido a tempo.

O projeto entra no ordenamento jurídico e cumpre os requisitos da Lei Orgânica e da Constituição Federal. A meu ver, é admissível.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.510, de 2009.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, a respeito desse projeto, parabenizar a Deputada Eliana Pedrosa e todos os integrantes da carreira que ali estão. Olhem bem, trata-se de uma carreira muito importante porque trabalha no social. Eu trabalhei nessa área por três anos e três meses e pude ali verificar a importância que os senhores e as senhoras têm no dia a dia do trabalho social como um todo.

Deputada Eliana Pedrosa, vem aqui comigo, eu queria fazer uma observação que tenho feito ao longo desses três anos aqui como Parlamentar e egresso da área social: é preciso que se aumente, com urgência, o Quadro dos Servidores da Assistência Social.

No dia a dia, andando nas cidades – V.Exa. também anda nas cidades e nas comunidades pobres –, constatamos com facilidade que há, por baixo, em torno de 30 mil famílias passando fome. E o que me consta é que não há servidores para visitar essas famílias. Eu costumava dizer, quando lá estava, que a fome não espera.

No domingo, tive contato com uma família que foi cortada do Renda Minha porque houve um erro material na idade do filho; ao invés de seis anos colocaram 16. Essa família está há dois anos procurando ser colocada novamente no Programa e não consegue. Não consegue porque alguém não foi visitá-la para constatar isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	73

Vou passar, pessoalmente, a palavra para a Deputada Eliana Pedrosa, parabenizando-a pelo trabalho que está fazendo lá. S.Exa. não obra milagre, porque milagreira não é. S.Exa. precisa de gente para trabalhar e para verificar essas situações socioeconômicas que afligem essas pessoas.

Muito obrigado. Parabéns a todos e parabéns à Deputada Eliana Pedrosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, prezados colegas, imprensa, pessoal da galeria, em especial os meus colegas da Assistência Social, quero dizer que hoje me sinto realizada com relação a minha passagem pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda. Ninguém faz nenhuma política sem as pessoas, especialmente Assistência Social. Se nós quisermos cuidar de pessoas, temos de ter servidores bem cuidados. Nós fizemos um plano dentro da Secretaria – o concurso público, uma capacitação de alto nível –, e faltava o nosso plano de carreira. Uma carreira que pudesse ser atualizada no que tange à Política Nacional de Assistência Social, que a NOB/SUAS fosse respeitada, que a NOB/SUAS fosse seguida. Nós temos hoje, neste momento, a oportunidade de dar uma resposta a esses trabalhadores. Trabalhadores incansáveis, porque foram muitas reuniões, reuniões com profissionais de todas as unidades, de todos os níveis. Todos tiveram oportunidade de participar. Posso dizer que, se há um plano de carreira construído democraticamente, foi esse plano.

Eu queria parabenizar todos os trabalhadores que estiveram juntos na elaboração desse plano de carreira, o sindicato e as minhas representantes, são minhas também porque me considero da carreira de Assistência – Raquel Colaço, Júlia, toda a equipe do RH e da SEDEST. Vocês foram gigantes, vocês não só trabalharam nesse plano, mas na hora em que foi preciso se impor, fazer uma paralisação, falar que vocês têm voz, falar que vocês não têm medo e que vão à luta, vocês o fizeram. Vocês são motivo de orgulho não apenas para essa categoria, mas para todas as categorias. Acho que nunca dantes um plano foi construído dessa maneira. Eu acho que os trabalhadores, hoje, estão unidos, estão fortes e estão orgulhosos.

Parabéns a vocês, porque se hoje esse projeto chegou à Câmara, foi porque vocês o honraram e não desistiram nunca.

E, agora, estão me pedindo para não falar mais por causa do horário, mas eu quero dizer que me sinto orgulhosa por ter participado da SEDEST. Vocês são um orgulho, porque, com todas as dificuldades mencionadas pelo Deputado Milton Barbosa, nós ainda enfrentamos e já resolvemos muitas questões. Eu tenho certeza de que, muito em breve, não teremos nenhuma família reclamando, porque a meta não é apenas do Governo, é de vocês, de universalizar todos os atendimentos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	74

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar a cada uma e a cada um de vocês da carreira de Assistência Social. Eu estou na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar já pelo sétimo ano e acompanho de perto o trabalho de cada um de vocês, seja nas medidas socioeducativas, seja na Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social. Vocês conquistaram essa carreira, conquistaram porque foram à luta. E digo – e tenho muitos anos de sindicalista – que poucas vezes vi um movimento tão unido e tão determinado como o que eu vi de vocês. Tantas vezes ou poucas vezes vi tamanha coragem. Vi os profissionais que ainda estão em estágio probatório, mas não se furtaram a se somar a um movimento de toda a categoria para exigir que tivéssemos aqui o cumprimento do SUAS – Sistema Único de Assistência social, que nós tivéssemos aqui o cumprimento da NOB – Norma Operacional Básica, que estava sendo descumprida.

Acho que cada uma e cada um de vocês dialoga todos os dias com uma dor imensa, uma dor imensa: a dor de uma população que está excluída, em uma cidade que é a cidade mais desigual de todo o Brasil; a dor de uma população que perde seus meninos tantas vezes para as drogas, que perde seus meninos para o trabalho infantil, que perde seus meninos pela falta de sonhos. E a Assistência Social – não apenas a Assistência Social, mas a Secretaria de Justiça, que conta com os profissionais da carreira – faz muitas vezes o que muitos acreditam que não é possível fazer. Não desistem nunca.

E digo que, muitas vezes, vocês cruzam os braços, protestam, não reivindicando a carreira, mas reivindicando que a nossa população tenha um atendimento que corresponda à dignidade humana. São vocês que dizem que o ABRIRE – Centro Abrigo Reencontro não funciona como deveria funcionar; são vocês que dizem que um abrigo não funciona como deveria funcionar; são vocês que estão plantando as cruzes de tantos adolescentes que morreram no CAJE e que morreram vítimas da desigualdade social.

Por isso, nós não lemos o projeto, mas sabemos que ele é fruto de uma negociação de que nós participamos. Nós estivemos com a Secretaria Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social a pedido do próprio sindicato para dizer que o SUAS tem de ser uma realidade. O SUAS existe desde 2005, e, para que ele seja uma realidade, temos de ter profissionais que tenham a sua valorização assegurada.

Estivemos com as Deputadas Eurides Brito e Eliana Pedrosa negociando com o próprio Executivo, com o Planejamento, a necessidade de que vocês tivessem as suas reivindicações aprovadas, as suas reivindicações contempladas. Não na sua globalidade, ainda há problemas que precisam ser superados, mas a diferença entre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	75

o quarto e o sétimo andar do Anexo do Buriti está se desvincilhando neste momento. Por isso, tenham certeza de que nós contamos, aqui no Distrito Federal – e digo sem medo de errar – com os melhores profissionais do Brasil na carreira de Assistência Social, e esses profissionais merecem o nosso respeito e o respeito da sociedade. Parabéns para vocês.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.510, de 2009.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

**DEPUTADO ALÍRIO NETO** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS)** Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, sabemos do adiantar da hora e da nossa responsabilidade com o Distrito Federal de votarmos a Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal. Portanto, solicito a V.Exa. que o próximo item da pauta seja a votação, em primeiro turno, da LOA.

**DEPUTADA ERIKA KOKAY** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)** Sem revisão da oradora. – Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, nós fizemos o acordo ontem de que não apreciariámos a LOA hoje. Tanto que ela não está na Ordem do Dia desta sessão. A Lei Orçamentária Anual não está na Ordem do Dia. A Lei Orçamentária Anual, Sr. Presidente, em um levantamento muito rápido que fizemos, prevê 505 milhões para seis, sete empresas que estão envolvidas no suposto esquema de corrupção. Apenas para a Uni Repro, pela Secretaria de Saúde, há 120 milhões previstos para o ano que vem. Existem recursos previstos para a Linknet na Secretaria de Governo, na Secretaria de Fazenda, na Secretaria de Educação e na Secretaria de Planejamento – Planejamento, Governo, Educação e Fazenda.

Portanto, Sr. Presidente, não há como apreciarmos a Lei Orçamentária Anual sem que possamos fazer uma verdadeira varredura, para que não estejamos, aqui, aprovando recursos que serão destinados a algumas empresas que aparecem entregando pacotes de dinheiro para o Poder Executivo. Apenas lembro que, em uma parte do inquérito que está caracterizado como Operação Caixa de Pandora, há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	76

uma negociação com a Infoeducacional para que se tenham recursos assegurados no Orçamento de 2010.

Por isso, a bancada do Partido dos Trabalhadores é contra que se aprecie a Lei Orçamentária Anual no dia de hoje. Precisamos de tempo para limpá-la de toda a suspeição.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é bom esclarecer essa questão quanto ao Orçamento para Informática. Já foram cortados, por parte da Comissão de Orçamento, a pedido do Governo, mais de 80 milhões em determinadas Secretarias do Governo. Contudo, o Orçamento não trata de uma empresa específica. Por exemplo, a Linknet presta serviço a todas as áreas do Governo. Se nós tirarmos todo o dinheiro do Orçamento da Informática, inviabilizaremos todas as atividades do Governo. Não é assim que vamos resolver o problema. Acho que a lição de moralidade foi dada. Nós reduzimos em quase 50% ou 60% o orçamento da Informática. Já foi dado o recado, o aviso de que a Câmara Legislativa vai investigar agora e vai tomar as medidas durante a CPI. Contudo, não pode a Deputada querer impedir a votação da Lei Orçamentária Anual por conta do que aconteceu. Temos que lembrar que a Lei Orçamentária Anual envolve todos os setores da sociedade: as obras, a informática, a educação, a saúde e a segurança. Então, não podemos deixar de votar a Lei Orçamentária Anual porque isso pararia tudo. Então, não é por aí, Deputada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero manifestar, agora, a minha estranheza com a manifestação da Deputada Erika Kokay, porque saímos da sala do cafezinho e fomos até o gabinete do Deputado Cabo Patrício, eu e o Deputado Alírio Neto, a pedido, a convite do Deputado Chico Leite, e lá acertamos que iríamos votar a Lei Orçamentária Anual. Ficou acertado isso, e peço o testemunho do Deputado Chico Leite e de todos os presentes que estavam lá. Então, esse tipo de procedimento – permitam-me – não é o procedimento adequado.

Aliás, eu gostaria de dizer até que, quando nós tínhamos acertado que o retorno seria às 23h – e no primeiro momento se pensou que seria às 22h30min –, eu fui o primeiro a interceder para que a sessão recomeçasse às 23h em respeito ao acordo que foi celebrado.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	77

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro imediatamente que se suspenda qualquer tipo de debate sobre esse assunto e se coloque em votação se votaremos a Lei Orçamentária Anual hoje ou não. Essa é uma proposta. Esse é um requerimento pela Liderança do Governo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, permita-me um esclarecimento. Na realidade, nós temos nesse debate já extenso quatro pontos efetivos de dissenso. O primeiro – chegamos à conclusão no debate na sala do café – era se votávamos ou não a LOA. O Presidente terminou a sessão expondo isso. O segundo é se haveria ou não autoconvocação. O terceiro é se nós teríamos a Comissão Especial ou a CCJ no processo de *impeachment*. E o quarto é se teríamos ou não a CPI.

Ora, com o dissenso, mesmo com algumas posições intermediárias que lá foram colocadas, nós todos tomamos a decisão de colocar efetivamente em votação cada um dos pontos. O primeiro deles, se votaríamos a LOA ou não, por quê? Porque nós do PT temos posição contrária e entendemos que essa posição deve ser não apenas debatida, assim como votada. E o entendimento, portanto, geral, foi no sentido de que cada um pudesse aqui, ostensivamente, em voto aberto, em debate presente e franco, expor a sua posição. Nós, em momento algum, fizemos entendimento ou acordo de votar a LOA, de fazer ou não a autoconvocação, de fazer ou não a CPI, ou de iniciar o processo de *impeachment* pela CCJ ou pela Comissão Especial. O que nós decidimos, já que não conseguimos em hipótese alguma construir um consenso sobre os pontos, é que viéssemos a plenário, que o Presidente fizesse o encaminhamento dos pontos e nós pudéssemos debater isso com muita franqueza. Foi isso o que efetivamente ocorreu.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que ficou decidido, conforme o Deputado Chico Leite explanou aqui, é que os pontos seriam colocados em votação e que cada um exporia sua opinião de forma clara, ostensiva, pública e transparente neste caso de se votar a Lei Orçamentária Anual. Eu defendo que não se tenha recesso nesta Casa e que não se vote a LOA. Essa é a minha posição. Porém, o que ficou decidido é que se seguiria a vontade da maioria e isso seria votado. Essa foi a decisão tomada, e essa é a minha posição.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	78

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu penso que não temos o hábito de filmar as conversas. Não temos o hábito, mas isto foi decidido desde o primeiro momento: que a bancada do Partido dos Trabalhadores, claramente, seria contrária à apreciação da LOA. Desde o primeiro momento, nós demonstramos isso. Somos contrários. O Governo tinha a decisão de votar a LOA, decisão esta tomada em um almoço que foi construído, com certeza, com um *menu* de pizza ou, talvez, de panetone. Ele tinha a decisão de votar a LOA para entrar em recesso e suspender os processos de investigação. Então, nós expusemos que não havia acordo, não havia acordo para que votássemos a LOA aqui. Não havia acordo! A nossa posição é a mesma posição desde que surgiram os fatos do inquérito, porque nós sabemos, Sr. Presidente, que não votar o Orçamento não impede o funcionamento da máquina.

Sr. Presidente, o meu desejo é falar em nome da verdade, é dizer que nunca houve acordo de que nós iríamos aprovar a votação da LOA no dia de hoje.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que ponha em votação a LOA neste momento ou, se V.Exa. quiser, pergunte, em voto aberto, claro, transparente, como todos nós aqui queremos, quem é a favor de que agora seja votada a LOA.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Na verdade, Deputada Eurides Brito, todo esse processo começou quando eu disse que esta Casa é democrática, composta de 24 Parlamentares.

O Presidente tem a autonomia de colocar ou não a LOA em votação, de incluí-la na Ordem do Dia ou não. Mas, como tudo nesta Casa foi feito consultando o conjunto de Parlamentares, eu expus que iríamos consultar os Parlamentares nominalmente, com voto aberto, com cada um dos Parlamentares expondo sua posição se votaríamos ou não a LOA para a Câmara Legislativa entrar de recesso ou não. Suspendemos, inclusive, a sessão, para que pudéssemos nos reunir na sala do café, como nós fizemos.

Portanto, solicito ao Sr. Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Parlamentares para decidirmos sobre a votação da LOA.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Muito bem, Sr. Presidente, faça a chamada nominal dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Somente para encaminhar a votação, digo que a discussão foi feita. O Parlamentar vota e, se quiser fazer



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	79

declaração de voto, conforme o Regimento Interno da Câmara Legislativa, deve solicitá-la. Esta será concedida na tribuna, conforme o Regimento Interno.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. falou novamente, e eu estou confuso. Colocamos a LOA em votação e entramos em recesso? E o que foi acordando antes?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Milton Barbosa, a LOA, sendo votada em primeiro e segundo turnos, automaticamente, a Câmara Legislativa encerrará os trabalhos. Isso é do conhecimento de todos os Parlamentares. O que está sendo discutido é se a LOA entrará em votação ou não. Cada Parlamentar irá pronunciar, com voto aberto, sua posição: se quer ou não a votação da LOA.

Em votação.

Solicito aos Srs. Deputados que manifestem os seus votos. Os que votarem “sim” estarão aprovando a votação da LOA; os que votarem “não” estarão rejeitando-a.

(Chamada nominal para votação da LOA.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	80



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO

EMENDAS AP. N<sup>º</sup>S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N<sup>º</sup>S \_\_\_\_\_

CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

RECURSO N<sup>º</sup> (S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO N<sup>º</sup>(S) \_\_\_\_\_

OUTROS *INCLUSÃO DO PC n° 1.383/09*

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO \_\_\_\_\_

Executivo

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	XXXX				
	AYLTON GOMES	PR	XXXX				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	XXXX				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	XXXX				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	XXXX				
	BISPO RENATO	PR	XXXX				
	BRUNELLI	PSC	XX				
	CABO PATRÍCIO	PT		XX			
	CHICO LEITE	PT		XX			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	XX				
	DOUTOR CHARLES	PTB	XX				
	ELIANA PEDROSA	DEM	XX				
	ERIKA KOKAY	PT		XX			
	EURIDES BRITO	PMDB	XX				
	JAQUELINE RORIZ	PMN			XX		
	MILTON BARBOSA	PSDB	XX				
	PAULO RORIZ	DEM	XX				
	PAULO TADEU	PT		XX			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	XX				
	REGUFFE	PDT		XX			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB		XX			
	RÔNEY NEMER	PMDB	XX				
	WILSON LIMA	PR	XX				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM				XX	
	<b>TOTAL</b>	---	16	06		02	

\*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. *WILSON LIMA*

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ N<sup>º</sup> /

FOLHA N<sup>º</sup> \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	81

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sim.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sim.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sim, com declaração.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Sim.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sim.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sim.

DEPUTADO BRUNELLI – Sim.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Não, com declaração.

DEPUTADO CHICO LEITE – Não.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sim.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sim.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Não, com declaração.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Ausente.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sim.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sim.

DEPUTADO PAULO TADEU – Não.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sim, com declaração.

DEPUTADO REGUFFE – Não, com declaração.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Não, com declaração.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sim.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sim.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ausente

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Fica aprovada a inclusão da LOA na Ordem do Dia, com 16 votos “sim”, 6 votos “não”. Houve 2 ausências.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero lembrar a V.Exa., com todo o respeito que tenho por seu trabalho, que esta Casa tem um Regimento Interno muito claro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	82

A questão de ordem, por exemplo, só é permitido ao Parlamentar fazer uma única vez, a não ser que S.Exa. tenha fatos novos. O tempo destinado à declaração de voto é de um minuto. Não vamos usar de subterfúgios regimentais para tentar atrapalhar o regime democrático.

Portanto, eu gostaria que V.Exa. passasse a adotar o que está no Regimento Interno, até em respeito ao trabalho brilhante que V.Exa. tem de fazer nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas para declaração de voto. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dizer que votar a Lei Orçamentária hoje, sem que nós possamos rever... porque não existe só a Linknet, existe também a Adler, a Vertax, a Uni Repro, a Infoeducacional e a Sangari, ou seja, todas essas empresas estão envolvidas no suposto esquema de corrupção. E todas essas empresas vão receber recursos da Lei Orçamentária. Esta Câmara sabe, porque todos sabem, que, se o Orçamento não for aprovado, o Governador utiliza um doze avos do Orçamento previsto, dos recursos previstos, para que a máquina possa funcionar. Portanto, não vai paralisar a máquina! Vai paralisar é esse esquema que tem aparecido na televisão. Dizer que nós vamos olhar depois o que é possível se fazer, ou que vamos depois ver na Comissão Parlamentar de Inquérito... Nós não precisamos de CPI para colocar sob suspeição essas empresas, porque elas largamente têm invadido a nossa Casa.

Por isso, Sr. Presidente, nós somos contra a votação da LOA e somos contra também o recesso parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para declaração de voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha declaração é apenas para dizer que, se entendi mal o acordado, os que estavam na sala, naquele momento, que me perdoem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou ser muito breve, e quero apenas dizer que sou contrário a que se vote a LOA, neste momento, porque sou contrário a que a Câmara Legislativa entre em recesso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	83

Há um megaescândalo que tem de ser investigado com todo rigor. A sociedade exige uma investigação absolutamente rigorosa do que aconteceu. E eu penso que a Câmara Legislativa do Distrito Federal não pode parar e não pode entrar em recesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses para declaração de voto.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas deixar clara a minha posição, porque fui mencionado de forma covarde nessa situação e estou lutando para resgatar a minha honra. Eu acredito que não é o momento de se votar a LOA, nem o momento de se entrar em recesso, para que tenhamos oportunidade de, o mais rápido possível, provar a minha inocência. Não é hora de entrar em recesso, por isso, votei contra a votação da LOA.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Rogério Ulysses.

Eu vou fazer essa declaração porque, desde o início, estou muito tranquilo pois tenho agido com muita isenção, mesmo sendo oposição ao Governador. Aqui não é nenhum tribunal de exceção, e todos os prazos da Lei nº 1.079 estão especificados na Lei Federal. A votação ou não do Orçamento hoje, e a Câmara Legislativa entrando de recesso ou não, queiram os Parlamentares ou não, as investigações no STJ, no Ministério Público e na Polícia Federal vão ser apuradas e, consequentemente, Parlamentares ou algumas autoridades vão para a cadeia. Inclusive, esta Casa, que hoje decide votar o Orçamento e entrar de recesso, amanhã, após o relatório da Polícia Federal, ou depois de amanhã, pode ser convocada pelo Presidente da Casa para relaxamento de prisão após 24 horas.

É bom que todos os Parlamentares tenham isso claro. A Mesa Diretora não concordou com a autoconvocação, e há requerimento aprovado, seguindo as condições e os requisitos da Lei Orgânica do Distrito Federal, da mesma forma de CPI – que, com oito assinaturas, convoca automaticamente a Casa para dar continuidade e prosseguimento à apuração de crime de responsabilidade do Governador –, seguindo a Lei nº 1.079, publicada, inclusive, no Diário desta Casa, acompanhando o parecer técnico da Procuradoria Jurídica e da Comissão de Constituição e Justiça.

Essa é a minha declaração de voto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos vivido no dia a dia um relacionamento muito bom. V.Exa. coloca todos nós em um balão só e dá a entender que não queremos convocação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	84

Queremos, sim, a convocação. Todos nós queremos. Mas, com um objetivo. Votar a LOA hoje não significa que a Câmara entrará de férias. Não foi isso que foi acordado ali. É por isso que digo que, de vez em quando, eu fico tonto. Não estou entendendo. A LOA votada hoje significa que a Câmara vai ter que entrar de férias? Não, senhor. O que foi combinado ali terá que ser votado aqui. Eu, por exemplo, sou a favor da convocação da Câmara, sim, e a maioria também é. Não coloque todos no mesmo balão, como V.Exa. está querendo colocar. Nós queremos, e eu quero, como foi dito aqui, o que a maioria quer: a convocação da Câmara para um objetivo que a sociedade está exigindo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Com certeza, e V.Exa., inclusive, assinou o requerimento de autoconvocação para crime de responsabilidade, conforme previa a Lei Orgânica.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me valer do mesmo expediente feito pelo Deputado Alírio Neto agora há pouco. Eu quero falar algo, permita-me colocar isso aqui. Estou achando que a Oposição está usando de um expediente para chegar meia-noite e a Casa não votar os outros requerimentos que foram ali discutidos. Está parecendo que nós estamos aqui numa novela de primeiro capítulo – “cenas dos próximos capítulos”. Está parecendo que o Deputado Presidente e a Deputada Erika Kokay querem criar um suspense para a mídia e para as pessoas da galeria de que nós vamos votar a LOA e ir embora. Não é isso! Nós vamos votar o primeiro turno. Temos um compromisso firmado de que a Casa votará a autoconvocação. Temos um compromisso firmado de que a Casa votará a CPI. Temos um compromisso firmado de que vamos decidir sobre a Comissão Especial.

Então, dentro do meu minuto, eu quero dizer a V.Exa.: vamos aprovar o requerimento, vamos fazer as votações, vamos votar a LOA, depois o próximo item e depois o próximo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu diria que a solicitação foi feita para que se incluísse a LOA na Ordem do Dia. Ela não está na Ordem do Dia da sessão de hoje.

(Intervenções fora do microfone.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	85

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay e Deputada Eurides Brito, na verdade, o que foi votado aqui foi a inclusão da LOA na Ordem do Dia.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Já votamos, por sinal, o item nº 1 desta mesma Ordem do Dia, cujo nº6 é a votação da...

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Eurides Brito, questão de ordem da Deputada Erika Kokay. V.Exa. ...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Quantas questões de ordem vamos ter aqui?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Quantas forem necessárias, Deputada Eliana Pedrosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Estamos seguindo aqui... Vai ser votado. Estamos seguindo, dentro da normalidade, segundo o Regimento Interno... Vamos manter a tranquilidade, para que possamos fazer os encaminhamentos e as votações com muita serenidade, encaminhando da mesma forma como sempre fizemos desde o começo.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agora que o microfone me foi restituído – porque ele me foi solapado há pouco tempo –, digo a V.Exa. que a Ordem do Dia da sessão ordinária não é esta Ordem do Dia. Esta Ordem do Dia foi feita agora à noite. Não tem acordo, Deputado Benedito Domingos, não tem acordo para votarmos a LOA hoje. Não tem acordo. Então, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, o que vai ser discutido aqui é se vai se incluir ou não a LOA na Ordem do Dia.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se as Deputadas me permitirem e os assessores também, eu gostaria de concluir. Colocar a LOA na Ordem do Dia não significa que a votação será imediata. Vamos votar o projeto dos técnicos penitenciários, vamos seguir a pauta, Sr. Presidente. Nós temos mais três ou quatro projetos. Se vai estar na Ordem do Dia...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já foi decidido que vai estar na Ordem do Dia. Então, não dá para, toda hora, a Deputada Erika Kokay ficar usando o tempo para poder levantar questão de ordem, porque não é mais questão de ordem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	86

DEPUTADA ERIKA KOKAY – É questão de ordem, Sr. Deputado. É só olhar o Regimento Interno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Conclua, Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Estou concluindo, Sr. Presidente. Se me permitirem, se minha palavra não for cassada, eu concluiréi. Nós temos...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Pelo Regimento, era para ser cassada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, a minha questão de ordem...

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Deputado, eu já teria concluído se me deixassem.

Sr. Presidente, o que sugiro é que sigamos a pauta da Ordem do Dia que está impressa. Votou-se aqui pela inclusão da LOA, que é o último ponto da pauta. Vamos votar os projetos de interesse da sociedade. De interesse da sociedade são os projetos dos servidores, os projetos dos fiscais, os projetos dos arquitetos, os projetos dos técnicos penitenciários. Esses são projetos de relevância para a sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputada Erika Kokay, V.Exa. concluiu?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Concluí. Espero a sua resposta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Então, dê licença para que outro Parlamentar possa fazer uma questão de ordem.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Mas V.Exa. não vai me responder?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Vou responder posteriormente.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Só estou esperando V.Exa. colocar o item em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.513, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estende a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP aos integrantes da carreira Atividades Penitenciárias do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	87

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito vista do projeto e que coloque o item seguinte em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Deputado Alírio Neto, nós já teríamos encaminhado pela votação do projeto sem nenhum problema. Estão sendo feitas questões de ordem para tumultuar o processo, para ficar uma situação muito... V.Exa. pediu, e a Deputada Erika Kokay também. Temos condições de votá-lo com muita tranquilidade. Inclusive os técnicos penitenciários estão aguardando ali.

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, para emitir parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa., então, indefere o meu pedido?

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Indefiro. Votaremos o projeto e, posteriormente, votaremos a LOA em primeiro turno.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.513, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estende a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP aos integrantes da carreira Atividades Penitenciárias do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, tendo em vista a relevância dessa gratificação e o fato de que esses servidores fizeram inclusive um movimento paredista para conseguir tal conquista, no âmbito desta comissão, somos favoráveis ao presente projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	88

Esta Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, para emitir parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.513, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estende a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP aos integrantes da carreira Atividades Penitenciárias do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, eu acompanho o parecer do Relator da CAS, encaminhando pela aprovação do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.513, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estende a Gratificação de Exercício Temporário de Atividade Penitenciária – GETAP aos integrantes da carreira Atividades Penitenciárias do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Somos pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	89

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, eu preciso dizer a esta categoria, que lutou muito para estar aqui hoje com essa gratificação, que quem fez a estrutura dessa carreira agiu com singular irresponsabilidade. Por quê? Porque tirou do sistema penitenciário agentes penitenciários que ganhavam em média de 6 a 10 mil reais e mandou-os para lá para ganharem R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Isso não é ainda o que eles merecem. Eles têm que ganhar, no mínimo, o que ganha um agente penitenciário federal. No mínimo! É preciso que nós trabalhemos em cima disso, para que essa gratificação chegue a esse patamar.

Não se brinca com o sistema penitenciário. A vida primeira que está em jogo é a vida desses cidadãos que hoje estão ganhando R\$ 500,00 (quinhentos reais) de gratificação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta categoria lotou por várias vezes o plenário desta Casa. Lotou com uma mobilização que indicava, primeiro, o seu nível de indignação com as condições de trabalho.

Estamos aprovando, hoje, um aumento da gratificação, mas ainda existe, Sr. Presidente, uma série de lutas que estão em curso. Nós não podemos admitir que o salário, que está congelado desde 2005, esteja nesses patamares para quem é responsável pelo sistema prisional brasileiro ou de Brasília. Um agente penitenciário federal ganha muito mais do que um agente penitenciário, um técnico penitenciário aqui no Distrito Federal.

Um técnico penitenciário, muitas vezes, tem que ser assistente social; muitas vezes tem que ser enfermeiro; muitas vezes tem que estar trabalhando sob a iminência do risco. Uma vez, escutei um técnico dizer que também se sentia preso porque se sentia encarcerado, em condições absolutamente inadequadas, sem que tivesse o adicional de insalubridade que deveria ter, sem que tivesse uma gratificação – que agora se corrige de certa forma – correspondente ao risco que está imputado na atividade.

Eu diria que técnico penitenciário funciona com o risco iminente, o risco de estar enfrentando o que a sociedade torna invisível, o que a sociedade torna intramuros. A sociedade não se responsabiliza – muitas vezes o Estado também não – pelo processo que é fundamental para além do processo de punição, de responsabilização, que é o processo de reintegração harmoniosa à sociedade. Os técnicos penitenciários enfrentam uma população que está encarcerada sem ter oficinas, sem ter muitas vezes escolas, sem ter perspectivas, o que aumenta a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	90

tensão dentro do sistema. Eu diria que técnico penitenciário é para-choque de todos esses problemas dentro do sistema penitenciário.

Por isso, digo que vamos aprovar o projeto da gratificação de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividida em duas vezes. Mas há muito ainda que conquistar para que tenhamos as condições de trabalho adequadas para esses profissionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.513, de 2009.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça já foi votado, Deputado Chico Leite. Pelo avançar da hora, V.Exa. não percebeu.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.383, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010”.

Esta Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.383, de 2009, de autoria do Poder



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	91

Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010”.

Sr. Presidente, farei um resumo. O projeto é muito extenso, mas tentarei ir à parte conclusiva do voto. Darei as características gerais do que compõe esse Orçamento. O total de emendas e subemendas dos Parlamentares desta Casa foi de 1.056 emendas. Foram 215 emendas de minha autoria. Informo à imprensa e a todos os Parlamentares que esse QDT já se encontra disponível também na Internet a partir de agora, para quem quiser fazer uma consulta.

Para esclarecimento, as emendas individuais foram para a Câmara Legislativa do Distrito Federal no valor de 79 milhões. Da relatoria geral, 10 milhões da Câmara Legislativa do Distrito Federal. No Tribunal de Contas, houve emendas só da relatoria geral no valor de 12 milhões e 500.

Na Casa Civil, não houve emendas. Na Vice-Governadoria, não houve emendas. Na Secretaria de Governo, as emendas individuais foram de 53 milhões. Relatórios parciais, 5 milhões. Relatoria geral, 31 milhões.

Na Procuradoria Geral, não houve emendas. Para a Secretaria de Cultura, 730 mil reais. Para a Secretaria de Agricultura, 730 mil reais. Relatórios parciais, 3 milhões e 431.

Para a Secretaria de Cultura, a proposta do Poder Executivo, 98 milhões. Emendas individuais, 10 milhões. Relatórios parciais, 100 mil. Relatoria geral, 8 milhões.

Para a Secretaria de Desenvolvimento Social, a proposta do Poder Executivo, 334 milhões. Emendas individuais, 7 milhões. Relatórios parciais, 67 milhões. Relatoria geral, 800 mil.

Para a Secretaria de Educação, a proposta do Poder Executivo, 2 bilhões e 600 milhões. Emendas individuais, 7 milhões. Relatórios parciais, 67 milhões. Relatoria geral, 800 mil.

Para a Secretaria de Obras, 1 bilhão e 700 milhões, proposta do Poder Executivo. Emendas individuais, 14 milhões e 255. Relatórios parciais, 8 milhões e 900. Relatoria geral, 55 milhões.

Para a área de Saúde, o orçamento chegou a 1 bilhão e 900 milhões. Emendas individuais, 4 milhões e 600. Emenda da relatoria final, 6 milhões.

Para a Secretaria de Segurança, 500 milhões. Emendas individuais, 6 milhões. Relatórios parciais, 550 mil. Relatoria geral, 3 milhões e 350.

Para a Secretaria de Transportes, 800 milhões. Emendas individuais, 550 mil. Relatoria geral, 26 milhões.

Para a Secretaria Urbana, 1 bilhão e 500 milhões. Emendas individuais, 1 milhão e 500 mil. Não houve emendas de relatoria geral. Para a Secretaria de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	92

Planejamento, 1 bilhão e 900 milhões. Para a Secretaria de Esportes, 42 milhões. Emendas individuais, 6 milhões e 919. Relatorias parciais, 3 milhões e 800 mil. Relatoria geral, 600 mil.

Para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, 239 milhões. Emendas individuais, 900 mil. Relatorias parciais, 1 milhão e 400 mil. Relatoria geral, 162 milhões a menos. O orçamento foi cortado. Esse corte na Secretaria de Ciência e Tecnologia refere-se àquele projeto de lei em que reduzimos a receita da FAP de 1,5 para 0,5 de acordo com a receita corrente líquida.

Para a Corregedoria, 56 milhões propostos pelo Poder Executivo. Emenda da relatoria geral, 5,5 milhões. Para a Secretaria de Habitação, 81 milhões. Emendas individuais, 300 mil. Reserva de contingência, que cumpriu a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Por fim, há que se creditar a valorosa contribuição dos Parlamentares membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, agradecendo ao Deputado Paulo Tadeu, à Deputada Eurides Brito, ao Deputado Brunelli e ao Deputado Benedito Domingos, os quais contribuíram sensivelmente para a conclusão do presente trabalho.

Vou ao voto.

Tendo em vista todo o acima relatado e considerando que o Projeto de Lei nº 1.383, de 2009, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2010”, tramitou regularmente na forma do Regimento Interno da Câmara Legislativa, observando as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; da Lei Federal nº 4.320, de 1964; da Lei nº 4.386, de 5 de agosto de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010; e da Constituição da República, recomendo a aprovação do presente parecer geral, com o acatamento das emendas e subemendas desta relatoria, conforme rol anexo; sua distribuição imediata, em avulsos, para cada um dos Parlamentares desta Casa; a respectiva publicação no DCL; e encaminhamento ao Plenário desta Casa para apreciação e aprovação.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay por 2 minutos.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, 3 minutos é o prazo regimental.

Eu gostaria de dizer que a dívida da empresa Linknet foi renegociada sem que se tivesse conhecimento de que trabalho a Linknet efetivamente desenvolvia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	93

para o Distrito Federal. Não se sabiam quantos computadores, quantas pessoas, não se sabia qual o serviço exatamente prestado, e houve um impasse sobre a renegociação da dívida da Linknet. De repente, muda-se o Secretário e a Linknet tem a sua dívida reconhecida e paga.

No inquérito Caixa de Pandora, vimos que esta renegociação foi parte do acordo. Aliás, todos nos lembramos do vídeo do proprietário da Linknet questionando o valor do recurso repassado ou redistribuído para o Governo, como é falado, de forma ilícita. Sr. Presidente, nós temos aqui a Linknet com um valor por volta de 136 milhões para o próximo ano, 2010. Cento e trinta e seis milhões para esta empresa, que inclusive sofre uma série de ações em vários órgãos de controle!

Nós temos também para a Uni Repro, já foi falado, por volta de 138 milhões; nós temos a Vertax, 72 milhões; nós temos a Adler, 160 milhões. Nós temos, portanto, uma série de empresas que serão contempladas com o Orçamento.

Por isso, Sr. Presidente, não dá para votar favoravelmente a esta Lei Orçamentária.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados. Houve 6 votos contrários: Deputado Rogério Ulysses, Deputado Reguffe, Deputado Chico Leite, Deputado Paulo Tadeu, Deputada Erika Kokay e Deputado Cabo Patrício.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.383, de 2009.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, falei da Linknet, falei de um trabalho muito sério que foi feito pelos relatores em seus pareceres parciais. Muito sério esse trabalho. Agora, não havia ainda todas essas denúncias que foram apresentadas. Os Parlamentares podem dizer que a votação da Lei Orçamentária não tem uma relação com o recesso, podem até se autoenganar. A ilusão, muitas vezes, diz Freud, é um mecanismo válido de defesa. Mas todos nós sabemos que a pressa em votar a Lei Orçamentária no dia de hoje é a pressa para que se entre em recesso, é a pressa para que não se prossiga o processo de investigação.

Então, temos dois motivos para que não estejamos aqui apoiando a votação da Lei Orçamentária. O primeiro motivo, Sr. Presidente, embasa-se no fato de que ela precisava ser revista; o segundo motivo, no fato de que ela é o salvo-conduto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	94

para que possamos entrar em recesso. Digo que deveríamos estar aqui apreciando, neste momento, não a Lei Orçamentária, mas os projetos dos servidores que a bancada governista preteriu para que pudesse estar apreciando a LOA, para entrar em recesso e impedir que esta Câmara cumpra a sua função precípua.

Por isso, Sr. Presidente, encerro a minha fala dizendo que não há como votar esta Lei Orçamentária. Solicito, como questão de ordem, já fora do meu tempo regimental, votação nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	95



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. N°S \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. N°S \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEO  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI N°(S) 1383/09 \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N°(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO N° (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO N° (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo  
 Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	PSC	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	-	X			
	CHICO LEITE	PT	-	X			
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	-	X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN	-		X		
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	-	X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	-	X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	-	X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	-			X	
	<b>TOTAL</b>	---	16	06		02	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. <i>WILSON LIMA</i>	CONSOLIDADO POR <i>Paulo</i> <i>13821</i>	ASSP/PL N° 1383/09
ASSINATURA	MAT.	FOLHA N° 4.503 "j"



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	96

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 6 votos contrários. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu para declaração de voto.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer minha declaração de voto com relação a este tema. Neste sentido, quero elogiar o trabalho da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa. O Presidente dessa Comissão, Deputado Cristiano Araújo, teve uma postura extremamente transparente, democrática e ética na condução dos trabalhos, visando à aprovação desse Orçamento. Todas as ponderações feitas pelos Parlamentares desta Casa foram levadas em consideração pela CEOF através do trabalho do Relator Geral, Deputado Cristiano Araújo.

Então, eu tenho total confiança para dizer a este Plenário que o trabalho desenvolvido no âmbito da Câmara Legislativa foi um trabalho extremamente coerente com as necessidades e com a situação em que vive o Distrito Federal neste momento. Não tenho confiança naquilo que veio do Governo do Distrito Federal. É importante deixar isso muito claro.

Votei contrariamente porque o projeto é originário do Poder Executivo, não poderia ser da gente. Mas, com relação ao trabalho desenvolvido aqui na Casa, eu tenho plena confiança de que foi um trabalho feito com muita transparência e com muita seriedade. Tanto é assim que é importante dizer que a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças cancelou 97 milhões de reais destinados a recursos de informática. Exatamente aquilo que a Deputada Erika Kokay bem expressou sobre as nossas preocupações.

A Comissão aprova um Orçamento que destina para a educação básica 25 milhões de reais a mais. A Comissão, através do Deputado Cristiano Araújo, aprovou uma reserva para a melhoria da Saúde na ordem de 25 milhões de reais. A mesma Comissão destinou um recurso de 16 milhões para o passe livre estudantil. E também a Comissão reservou para a extinção da contrapartida do benefício alimentação dos servidores 30 milhões de reais. Este Orçamento sai da Casa, portanto, com aquilo que os servidores desejavam, com aquilo que a população deseja.

Portanto, Deputado Cristiano Araújo, quero aqui testemunhar a total confiança de que os membros da Comissão, todos nós, e os técnicos da Comissão trabalharam de maneira correta neste Orçamento. Não posso dizer o mesmo do que veio do Poder Executivo. Mas no Poder Legislativo, eu tenho total confiança.

Quero dar meu testemunho sobre esta questão, Sr. Presidente. Era isso. Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	97

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto para declaração de voto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, Parlamentares, eu queria dizer que um dos compromissos desta Casa, desde o primeiro momento em que retornamos, é o de que o Distrito Federal seja maior que esta crise. As nossas obras não podem parar. O pagamento dos servidores está previsto neste Orçamento. Obviamente, se não se votar o Orçamento, não se pode cumprir o compromisso principal com qualquer servidor público – efetuar o pagamento do salário no final do mês.

Mas para provar que estamos muito bem intencionados, inclusive com o pessoal que está na galeria, que não temos nada contra o projeto de vocês, eu já quero fazer um apelo ao Sr. Presidente para que, antes de encerrarmos esta sessão, façamos a convocação da sessão extraordinária para votarmos o segundo turno do projeto de interesse de vocês e também de todos os itens que estão nesta pauta.

Vamos ver agora quem está bem intencionado! Nós queremos garantir o pagamento de vocês com o Orçamento, nós queremos garantir a continuidade das obras do Distrito Federal, nós queremos garantir a aprovação dos projetos de interesse de vocês em segundo turno ainda hoje!

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que faça, antes de encerrar esta sessão, uma convocação extraordinária de sessão a realizar-se em seguida a esta, para que possamos concluir a votação, em segundo turno, de todos os projetos apreciados nesta sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe, para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei contra a Lei Orçamentária Anual porque o momento em que se vota o orçamento é quando se faz a discussão das prioridades de um governo. E todo Parlamentar com consciência da sua responsabilidade e com a seriedade do seu mandato faz uma análise de onde se deve alocar a maioria dos recursos públicos.

Sr. Presidente, segundo o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2010, as receitas de origem tributária estimadas sofrerão acréscimo nominal de 12% em relação a 2009. Onde isso será gasto segundo o projeto da LOA? O aumento do custeio da máquina do Estado, para 2010, segundo esse projeto, será de 15,36%, ou seja, aumentará mais do que investimentos na Saúde. Talvez porque achem que a Saúde está indo bem. Na Saúde, apenas 13,93%. E na Educação, Sr. Presidente, apenas 7,44%, ou seja, menos da metade, em termos percentuais, do aumento proposto nesse projeto, para o custeio da máquina do Estado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	98

Não tenho como concordar com isso; portanto, voto contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aqui foi falado que se retiraram os recursos e parte dos recursos previstos para a informática. Isso é verdade, por volta de 97 milhões de reais. E parte desse recurso foi para a contrapartida, não todo. Foi uma solicitação da bancada do Partido dos Trabalhadores e de outros Deputados também, para que tivéssemos eliminada ou diminuída a contrapartida dos servidores para o auxílio-alimentação. Até porque ele não pode ser considerado um auxílio-alimentação; alguns dizem que é um auxílio-coxinha, porque há uma contrapartida absolutamente escorchantes. Foi diminuído. Temos 30 milhões para diminuir a contrapartida.

Sr. Presidente, se tivéssemos mais tempo, faríamos uma melhor peça orçamentária, porque o Executivo está, a meu ver, absolutamente sob suspeição; se tivéssemos mais tempo, tiraríamos mais recursos da Infoeducacional, tiraríamos recursos da Uni Repro, tiraríamos recursos das muitas empresas que estão envolvidas no suposto esquema de corrupção.

Por isso, votar a LOA hoje não foi uma boa medida, sem colocar sob suspeição nenhum dos Parlamentares que estão compondo a Comissão Especial.

Para concluir, Sr. Presidente, apenas indico que, antes de qualquer coisa, sigamos a pauta. Há o projeto dos fiscais para ser apreciado, bem como o projeto da área dos arquitetos e engenheiros, e outros de relevante interesse para a sociedade. Temos que apreciá-los ainda em primeiro turno.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era exatamente isto o que eu queria solicitar: que votássemos, em primeiro turno, o Projeto da Carreira de Planejamento e Gestão Urbana, bem como o Projeto da Carreira de Fiscalização e Limpeza Urbana.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Esta Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	99

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o nosso parecer vai, neste momento, ao encontro do desejo, inclusive, dos próprios servidores, que durante anos lutaram pela valorização dessas categorias que, infelizmente, ainda não receberam a valorização que merecem. Mas esse é um passo importante. Compreendemos, portanto, que se trata de uma primeira iniciativa. Há muito que fazer.

Neste momento, no âmbito desta comissão, somos, portanto, favoráveis ao presente projeto.

É o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permanecem como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Esta Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, este projeto, que veio pela Mensagem nº 369, de 2009, que trata da criação da carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, merece todo o nosso apreço e urgência na sua aprovação porque, se um quadro de carreira de Planejamento e Gestão Urbana é extremamente importante para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	100

qualquer cidade, independentemente de seu tamanho, mais ainda para uma cidade patrimônio da humanidade, como é a capital do Brasil, que brevemente completará os seus 50 anos. Essa, talvez, seja uma carreira que deveria ter nascido há 50 anos, com o próprio nascimento da cidade.

Então, encaminhamos pela aprovação, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana do Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, analisamos a constitucionalidade, a legalidade e a boa técnica legislativa e redacional. O projeto se enquadra nesses princípios. Somos pela sua aprovação na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.512, de 2009.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	101

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabenizo todos os engenheiros e arquitetos que estão na galeria e o Deputado Rôney Nemer, que é um arquiteto de renome. Quero parabenizá-los porque é uma carreira que realmente tinha de ser distinguida.

Fui, como eu já disse aqui várias vezes, Administrador Regional de duas cidades — olha ali a menina que trabalhou comigo, Diretora de Licenciamento — e o engenheiro e o arquiteto que ganham mais são DF-12, DF-14. O DF-14, maior DF que existe, é de R\$ 2.579,00 (dois mil, quinhentos e setenta e nove reais), parece-me. Isso não é salário para um engenheiro que se dedica, no dia a dia, aos projetos, cuidando do urbanismo das cidades.

Então eu queria parabenizar vocês todos, mandar um abraço para a Sra. Rejane, lá do meio ambiente, que falou comigo também – viu, Deputado Rôney Nemer? Parabéns a todos! Um louvor a todos que estão ali. Um abraço!

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Nós estamos aprovando esse projeto já com atraso. Mas estamos aprovando no dia de hoje.

Eu acho que é um grande presente que nós estamos dando a Brasília, capital, patrimônio cultural da humanidade. Nós agora temos uma carreira própria, uma carreira de planejamento, de gestão, de preservação. Eu dizia para os Deputados que uma carreira de preservação da única cidade contemporânea que é patrimônio cultural da humanidade é um orgulho para esta cidade. Não tem nenhum sentido que todos os profissionais do sistema CREA estejam na carreira de administração pública. Nós estamos falando do Distrito Federal. Nós estamos falando, para além de qualquer coisa, do traço mágico de Lucio Costa, de uma cidade que se quis cidade parque, de uma cidade que se quis uma cidade não apenas funcional, mas uma cidade plástica. Lucio Costa dizia que Brasília, para além de funcional, tem que ser uma cidade plástica.

Nós já tivemos o risco de deixar de ser patrimônio cultural da humanidade e ainda corremos esse risco. Corremos esse risco! A reunião da UNESCO, que neste ano foi em Sevilha e que discutiu, inclusive, a manutenção ou não de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, acontecerá no Distrito Federal no próximo ano. Nos 50 anos, nós vamos dizer: temos uma carreira de profissionais que vão ser valorizados para valorizar a nossa própria cidade, para valorizar o projeto original do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	102

Encerro dizendo que nós precisamos de profissionais e uma carreira para preservação porque, entre outras coisas, Lucio Costa dizia que o nosso limite é o próprio infinito. O nosso limite é o próprio infinito. E agora temos profissionais que vão poder ser valorizados em uma carreira própria e vão poder dizer: aqui há uma carreira que preserva Brasília, patrimônio cultural da humanidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Continua em discussão.  
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 18, de 29/01/2010, juntamente com a ata sucinta da 115<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, que “dispõe sobre a criação da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, Sr. Presidente, somos favoráveis ao presente projeto por entendermos que ele, na realidade, atende também a uma reivindicação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	103

antiga dessa categoria e que, com certeza, irá fortalecer essa atividade de fiscalização da limpeza urbana do Distrito Federal.

Somos favoráveis ao presente Projeto de Lei, Sr. Presidente. É o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, que “dispõe sobre a criação da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, neste momento, relata a criação da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências.

Com o presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, cumpre-se também mais um compromisso do Poder Executivo, que encaminhou a esta Casa a mensagem, já que aqui não poderíamos tomar tal iniciativa por questão constitucional. E no exame da matéria, verificamos que o Executivo observou todas as exigências que a Casa faz na Lei Orgânica e no Regimento para aprovação de planos de carreira. Portanto, Sr. Presidente, está tudo realmente de acordo com as normas da Casa. E mais do que isso – com merecimento, entrando no mérito daquilo que o grupo realmente merece, que é a criação de sua Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana – uma carreira que não poderia estar dissolvida entre tantas outras carreiras que nada têm a ver com o trabalho específico que o grupo realmente faz e que é tão necessária à cidade.

Nós queremos dizer que o projeto está pronto para ser aprovado por esta Casa. Esse é o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	104

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.511, de 2009, que “dispõe sobre a criação da Carreira de Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências”.

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça fazer o exame da admissibilidade, dos requisitos da constitucionalidade, da juridicidade, da legalidade, da técnica legislativa e da redação.

O que nós vemos, Sr. Presidente, é que temos votado uma série de projetos das carreiras de servidores públicos e servidoras públicas, e que têm iniciativa do Poder Executivo, por isso cumpre o requisito da iniciativa, têm as planilhas próprias já atestadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças em seu parecer e vêm em redação e técnica legislativa capazes de serem considerados admissíveis.

Só faria a observação, Sr. Presidente, que temos concordado em votar os projetos dos servidores e servidoras, porque é princípio nosso do Partido dos Trabalhadores votar valorizando o servidor público e a servidora pública. De maneira que quero considerar admissível o projeto e afirmar que votaremos favoravelmente no mérito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	105

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.511, de 2009.  
(Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido dos Trabalhadores vai votar favorável ao projeto, porque entende que se faz justiça aos fiscais de limpeza urbana, hoje, no Distrito Federal. Reconhece a importância fundamental da função que exercem e reconhece que há que se ter uma carreira. Reconhece, também, que há que se ampliar a jornada na medida em que se amplia também os rendimentos.

Por isso, nós não temos nenhuma dúvida ao dizer que esta cidade merece uma carreira de fiscalização de limpeza urbana. Parabéns para vocês!

Se dependesse da nossa vontade, já teríamos aprovado o projeto, porque para nós seria absoluta prioridade e não uma lei orçamentária, que significa o salvo-conduto para que entremos em recesso. Até porque nós sabemos que muitas vezes, no Congresso Nacional, a lei orçamentária foi aprovada em fevereiro, às vezes em março, enfim, e que o Governo disponibiliza de um doze avos do seu orçamento para utilizá-lo na manutenção da máquina pública e dos salários dos servidores enquanto não há a lei orçamentária aprovada.

Parabéns para vocês! Contem com nosso apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.514, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera as tabelas de vencimento básico da carreira de Enfermeiro do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	106

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera as tabelas de vencimento básico da carreira de Enfermeiro do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera as tabelas de vencimento básico da carreira de Enfermeiro do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

A mensagem veio acompanhada dos anexos necessários. O anexo à mensagem traz o demonstrativo do impacto financeiro. Depois, temos o projeto de lei propriamente dito, o Projeto de Lei nº 1.514, de 2009. E, finalmente, o anexo único, a tabela de vencimentos básicos da carreira de Enfermeiro do quadro permanente do Distrito Federal.

Sendo assim, cumprem-se as exigências para a análise da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Somos pela aprovação da carreira encaminhada pela Mensagem nº 373, a carreira de Enfermeiro, vencimentos básicos da carreira e incorporação parcial da gratificação de atividade, a GAE.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	107

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.514, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera as tabelas de vencimento básico da carreira de Enfermeiro do Quadro de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o meu voto é igual àquele que proferi há pouco pela Comissão de Assuntos Sociais, pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.514, de 2009.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar todos os enfermeiros da Capital, aqui do Distrito Federal, porque não se faz saúde só com médico. Então, é muito interessante que essa categoria também perceba um rendimento, um aumento, que eles merecem porque têm trabalhado muito e têm feito uma saúde de qualidade.

O nosso problema não é de profissionais da área da saúde, é de gestão, é isso que tem acometido a Saúde do Distrito Federal. Eu, agora, acredito que possa até melhorar porque temos um técnico com uma capacidade extraordinária.

Quero parabenizar também o pessoal do planejamento, da gestão urbana, enfim, da SEDEST, da SEJUS, do CAJE. Que possam ter um Natal com um aumento. Que Deus abençoe eles e suas famílias. Parabéns a todos por esse aumento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15   12   2009	16h15min	115 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	108

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência vai encerrar a presente sessão ordinária, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação, em segundo turno, das matérias aprovadas na sessão ordinária.

Com certeza, daremos prioridade aos projetos das pessoas que estão na galeria. A pauta será invertida para a aprovação das matérias das pessoas que estão na galeria.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 0h29min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 26-Suplemento, de 10/2/2010.